

Mudanças de tom na mesma onda

De 20 de abril até agora, o maior estabelecimento de comércio e indústria de São Paulo, que também é o maior do Brasil, foi o Estádio Nacional, que recebeu mais de 200 mil pessoas para assistir ao jogo de futebol entre o Brasil e a Alemanha...

Em 20 de abril, o 20. aniversário da República Brasileira de Curitiba, o primeiro aniversário da República Brasileira de Curitiba...

Retorno das eleições: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Atuação em Brasília: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Controle de situação: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Retorno das eleições: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Consequências ligadas: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Falta de informação: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

União M.F.A.-G. Provisória: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Importância de colaborar: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Fugetes resultados: O Brasil e o mundo estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de 1964...

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PINTO BALduino EDITOR: FUI D'AVILA DE FREITAS, D-2, 21 TELEFONES: 50884-50886 LONDRINA



O comércio não se parou nem a primeira manifestação. Vários comerciantes do centro não se preocuparam com o fechamento de lojas durante o dia. O comércio não parou nem a primeira manifestação. Vários comerciantes do centro não se preocuparam com o fechamento de lojas durante o dia.

A INTERVENÇÃO, na televisão, do primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, parece ter encerrado um longo capítulo da história da II República Portuguesa. Aparentemente que o Programa do MFA, sob o comando "contra todos e contra todos", insistindo na necessidade de reforçar a aliança entre o povo e o MFA e as Forças Armadas, o brigadeiro Gonçalves deu provas da determinação do Governo Provisório em prosseguir e rumo à direita.

O fim da semana passada foi, entretanto, repleto de acontecimentos políticos cujas consequências poderão ser de importância essencial para o futuro português. O EXPRESSO acompanhou de perto o processo preparador da manifestação; bem como elementos fundamentais do "complot" da direita.

A cronologia, hora a hora, de três dias de vida política intensa e a análise do rescaldo provisório merecem amplo tratamento. Uma entrevista a membros da C.C. do MFA esclarece o ponto actual de uma situação que o discurso de hoje de Spínola poderá definitivamente rematar, dando confirmação a notícias de saídas de membros da JSN e do Governo Provisório.

O Presidente da República onix mesmo propusera ao Conselho de Estado a declaração de estado de sítio, que foi o único tema debatido na reunião. O Conselho entendeu não haver razão para essa declaração.

A "venda" de 100 armas permitiu penetrar na rede conspiratória Dia 28 — 4 da manhã Hora Zero de novo período político

BRASÍLIA, 28 de maio de 1964. — Uma operação de segurança, realizada em São Paulo, permitiu a descoberta de uma rede conspiratória que se organizava para a realização de um golpe de Estado em Portugal. A operação foi liderada por um grupo de militares e civis, que estavam em contato com agentes de inteligência brasileiros. O grupo estava planejando a aquisição de armas e a organização de uma força de choque para a realização do golpe. A descoberta da rede ocorreu durante uma operação de fiscalização de armas em São Paulo.

BRASÍLIA, 28 de maio de 1964. — O Conselho de Estado reuniu-se esta manhã para discutir a possibilidade de declarar estado de sítio em Portugal. O Conselho decidiu não declarar estado de sítio, pois não havia evidências suficientes de uma conspiração para a realização de um golpe de Estado. O Conselho também discutiu a possibilidade de enviar uma missão diplomática a Portugal para avaliar a situação política. A reunião terminou às 11 horas da manhã.

BRASÍLIA, 28 de maio de 1964. — O primeiro-ministro português, brigadeiro Vasco Gonçalves, fez um discurso de hoje em que afirmou a necessidade de reforçar a aliança entre o povo e o MFA e as Forças Armadas. Gonçalves afirmou que o governo português estava determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social, e que estava pronto para enfrentar qualquer ameaça à sua soberania. O discurso foi transmitido em todo o país por rádio e televisão.

Primeiro Ministro de Moçambique ao EXPRESSO: A cooperação com Portugal uma das preocupações cimeiras da Frelimo

Maputo, 28 de maio de 1964. — O primeiro-ministro de Moçambique, Sá Carneiro, afirmou ao EXPRESSO que a cooperação com Portugal é uma das preocupações cimeiras da Frelimo. Sá Carneiro afirmou que a Frelimo quer estabelecer relações de amizade e cooperação com Portugal, mas que não quer a manutenção da presença portuguesa em Moçambique. Sá Carneiro afirmou que a Frelimo quer a realização de um referendo em Moçambique para decidir sobre o futuro do país.

BRASÍLIA, 28 de maio de 1964. — O primeiro-ministro português, brigadeiro Vasco Gonçalves, afirmou ao EXPRESSO que o governo português está determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social. Gonçalves afirmou que o governo português está pronto para enfrentar qualquer ameaça à sua soberania. Gonçalves afirmou que o governo português está determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social.

BRASÍLIA, 28 de maio de 1964. — O primeiro-ministro português, brigadeiro Vasco Gonçalves, afirmou ao EXPRESSO que o governo português está determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social. Gonçalves afirmou que o governo português está pronto para enfrentar qualquer ameaça à sua soberania. Gonçalves afirmou que o governo português está determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social.

BRASÍLIA, 28 de maio de 1964. — O primeiro-ministro português, brigadeiro Vasco Gonçalves, afirmou ao EXPRESSO que o governo português está determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social. Gonçalves afirmou que o governo português está pronto para enfrentar qualquer ameaça à sua soberania. Gonçalves afirmou que o governo português está determinado a prosseguir a sua política de desenvolvimento econômico e social.

OMEGA COSMIC 2000. Um novo conceito em relógios impermeáveis. O papel de São Antonio. OMEGA tem a confiança do Mundo.



Mudanças de tom na mesma onda

O 25 de Abril entrou-nos a analisar cuidadosamente as palavras e mudanças de tom dos comunicados que a rádio nos transmite de crise transmitiu.

Assim, desta vez, foi a Emissora Nacional que apareceu como única fonte de informação durante mais de 8 horas. No decurso da madrugada de 28, foi transmitido repetidamente um comunicado do Ministro da Comunicação Social que acolheu o desmantelamento das barricadas e a manutenção da calma. A certa altura o tipo de canções transmitidas alterou-se e, após um longo período sem notícias, as Igrejas Castro leu um primeiro comunicado do MFA, seguido pouco depois por uma nota da Presidência da República. Mais tarde, Igrejas Castro leu um comentário à situação em que se encontra o facto de que, mais uma vez, o General Spínola se identificava com o interesse da Pátria. Os comunicados seguintes foram-se alterando, indicando o controle progressivo da Comissão Coordenadora do MFA sobre a situação. Passou-se no uso abusivo do nome do Presidente da República, deixando a partir de certo momento de se falar no General Spínola.

Já durante o dia 29, apareceu o brigadeiro Saraiva de Carvalho, cuja mensagem principal reforçada mais tarde pelo ministro Vitor Alves era no sentido da substituição dos piquetes populares pelas forças legais e na estrita obediência às Forças Armadas.

Retirada dos piquetes

Forças militares e militarizadas em estreita colaboração vão ocupar os locais de piquete. Pode-se à população que tenha total confiança nas retiradas locais que irão actuar sob orientação directa do COPCON.

Mais se pede às forças democráticas que tanto têm colaborado com o MFA que devem promover a retirada dos piquetes pois a situação nacional já não justifica tal estado de mobilização das populações.

O MFA declara-se intrinsecamente defensor dos interesses do povo português e da democracia e disposto a continuar a reprimir com toda a severidade qualquer tentativa reaccionária. - (MFA)

Acatar as indicações

Com a finalidade de estar disponíveis a proceder ao desenglobamento do território, forças militares e militarizadas vão ocupar os locais onde até agora piquetes populares vão desenvolver acções cuja finalidade e propósito se regista com agrado.

Pode-se à população total confiança nas forças militares e militarizadas que, controladas pelo MFA, garantem um total respeito pelas vitórias alcançadas em 25 de Abril.

Acatar as indicações dessas forças é, de momento, o melhor apoio que podem demonstrar à causa da democracia e à busca de uma verdadeira generalidade da população. - (MFA), especialmente dirigido à população de Lisboa

Controle da situação

O MFA, no cumprimento rigoroso do seu programa e na certeza de interpretar os sentimentos profundos do povo português, tomou as medidas necessárias para neutralizar as manobras subversivas que visavam derrubar a ordem democrática instaurada a 25 de Abril, na sequência das medidas tomadas. O MFA informa que controla completamente a situação. A seriedade e a calma são agora momento e melhor forma da população manifestar a sua confiança na acção desenvolvida pelo MFA no sentido de tornar irreversível a construção da democracia em Portugal. - (MFA)

Retirada dos piquetes

O MFA pede às forças democráticas para promoverem a progressiva retirada dos piquetes dado que a sua manutenção não tem já justificação como dificulta a acção desenvolvida neste momento pelas Forças Armadas com vista à neutralização completa dos elementos reaccionários que conspiram contra a ordem democrática.

O MFA reafirma a sua total fidelidade ao povo e a sua disposição de cumprir rigorosamente o seu programa de democratização do País. - (MFA)

Consequências lógicas

Está neste momento a decorrer uma reunião entre o CCMFA e a Presidência da República. Procurou-se em face dos últimos acontecimentos, extrair as consequências políticas lógicas da situação de crise actual.

O MFA continua atento e vigilante a todas as manobras reaccionárias venham elas donde vierem. Não podem restar dúvidas a ninguém e muito menos ao MFA que o verdadeiro, o único inimigo da democracia e do espírito do 25 de Abril, é a reacção e os seus agentes.

Pede-se a toda a população que coopere e confie no poder de decisão dos representantes das Forças Armadas, interpretes das aspirações do povo português de que são parte integrante. - (5.ª Divisão do EMGFA)

Faiz de informação

O MFA no cumprimento rigoroso do seu programa e na certeza de interpretar os sentimentos profundos do povo português de que é parte integrante, tomou as medidas necessárias para neutralizar as manobras reaccionárias que visavam derrubar a ordem democrática instaurada a 25 de Abril. Na sequência das medidas tomadas o MFA, que controla completamente a situação, pede à população e às forças democráticas que cooperem com as Forças militares e militarizadas na retirada progressiva dos piquetes, cuja finalidade se regista com agrado mas cuja manutenção já não só se justifica como dificulta a acção do MFA com vista à neutralização definitiva dos elementos reaccionários que conspiram contra a democracia. Pede-se à população total confiança nas Forças Armadas e militarizadas que, controladas pelo MFA sob a direcção directa do COPCON, garantem o respeito pelas vitórias alcançadas a 25 de Abril. A seriedade e a calma são neste momento o melhor forma da população manifestar a sua confiança na acção desenvolvida pelo Movimento das Forças Armadas no sentido de tornar irreversível a construção da democracia em Portugal.

Não podem restar dúvidas a ninguém que os únicos inimigos da liberdade são os conspiradores reaccionários. Todas as tentativas para desviar noutra direcção as atenções do MFA e das forças patrióticas devem ser interpretadas como manobras de inspiração reaccionária aimed que assumidas incoerentemente. O MFA tem perfeita consciência de que a falta de informação pode criar estados de incerteza e ansiedade suscetíveis de serem explorados por agentes provocadores. Contudo, o MFA garante que os destinos do País não serão decididos nas costas do povo português. O MFA reafirma a sua fidelidade ao povo e a sua disposição de cumprir rigorosamente o seu programa de democratização do País. - (Oito Saraiva de Carvalho)

União M.F.A.-G. Provisório

Na reunião realizada entre Sua Excelência o Presidente da República, general António de Spínola, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Costa Gomes, e a Comissão Coordenadora do MFA, foram acordadas medidas concretas para reforçar e garantir a continuação da democratização do País, dentro do espírito do programa do MFA. Foi ainda reafirmada a união entre o MFA e o Governo Provisório presidido, pelo Brigadeiro Vasco Gonçalves. - (5.ª Divisão do EMGFA)

Desnecessidade da colaboração dos populares

1. Na sequência das medidas tomadas para esmagar as forças reaccionárias que pretendiam opor-se ao processo iniciado em 25 de Abril, é possível anunciar ao País que a situação está controlada em todo o território nacional. Para esse controle, muito contribuiu a unidade entre o MFA, o Governo Provisório e as massas populares, unidade que constitui a maior garantia da consolidação das conquistas democráticas do 25 de Abril.

2. Como já foi referido pelo Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, as forças do COPCON controlam completamente a situação pelo que a colaboração dos populares — cuja vigilância foi da maior importância — é agora desnecessária.

3. O Governo Provisório realinha assim, a sua firme determinação em prosseguir o cumprimento escrupuloso do programa do MFA, dispondo-se a neutralizar definitivamente as forças reaccionárias que tentarem impedir a execução do processo de democratização do País.

4. Os membros das manobras de auto-denominada maioria silenciosa tudo tentaram para convencer a opinião pública de que apoiavam o MFA e o seu programa. O Governo Provisório admite que muitas das pessoas que se deixaram envolver neste processo o fizeram sem ter consciência de ser vítimas dessas manobras.

O Programa do MFA jamais poderá servir de cobertura aos objectivos de minorias desesperadas que, a toda a hora, recusam apoiar a democratização do País.

5. O Governo Provisório manifesta o seu maior apreço ao elevado espírito cívico da população, e regista, com o maior agrado as gerais manifestações de apoio das massas trabalhadoras. (Governo Provisório representado pelo major Vítor Alves)

Piquetes rendidos

Os piquetes e barragens constituídos na periferia de Lisboa por iniciativa popular foram rendidos pelas Forças Armadas.

Regista-se com apreço a compreensão da população.

Gracias à sua compreensão a situação está totalmente normalizada.

Entretanto as F. A. tem necessidade de continuar a exercer uma acção de vigilância para garantir a consolidação da vitória alcançada sobre a conspiração reaccionária. Pede-se à população para continuar a exercer as instruções das Forças Armadas que têm como único objectivo defender e consolidar o processo de democratização do País dentro do espírito do 25 de Abril. (COPCON)



O atentado que se preparava contra o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, do prédio que as gravuras documentam e precisamente da janela marcada com a seta dupla, perto um touro que visitaria Vasco Gonçalves. O outro parvo servia para espreitar e em caso de emergência, munido com alça telescópica. Segundo estudos de balística, feitos pelas peritas do Exército, o primeiro-ministro seria atingido entre o terceiro e quarto degrau, à contor da janela, como a seta indica.

A INTERVENÇÃO, na televisão, do primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, parece ter encerrado um longo capítulo da história da II República Portuguesa. Asseverando que o Programa do MFA será cumprido "contra tudo e contra todos", insistindo na necessidade de reforçar a aliança entre o povo e o MFA e as Forças Armadas, o brigadeiro Gonçalves deu provas da determinação do Governo Provisório em prosseguir o rumo traçado.

O fim da semana passada foi, entretanto, repleto de acontecimentos políticos cujas consequências poderão ser de importância essencial para o futuro português.

O EXPRESSO acompanhou de perto o processo preparador da manifestação, bem como elementos fundamentais do "complot" da direita.

A cronologia, hora a hora, de três dias de vida política intensa e a análise do rescaldo provisório merecem-nos amplo tratamento.

Uma entrevista a membros da C. C. do MFA esclarece o ponto actual de uma situação que o discurso de hoje de Spínola poderá definitivamente rematar, dando confirmação a notícias de saídas de membros da JSN e do Governo Provisório.

O Presidente da República ontem mesmo propusera ao Conselho de Estado a declaração de estado de sítio, que foi o único tema debatido na reunião. O Conselho entendeu não haver razão para essa declaração.

Dia 28 — 4 da manhã Hora Zero de novo período político

SEGUNDO o ministro sem pasta Vitor Alves, as forças militarizadas (GNR e PSP) e todas as unidades das FA estiveram sempre, durante os últimos três dias, sob comando do COPCON, tendo apenas dependido de questões de ordem tática ("falem com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho") as sucessivas substituições de polícias e guardas republicanos por militares, e vice-versa. Estas declarações foram produzidas após a leitura de uma "Nota do Governo Provisório" que transcrevemos noutro local quando, cerca das 19 horas de ontem, Vitor Alves conversava com os jornalistas presentes ("desde que não seja em directo pela rádio"). Bastante intrigado com algumas verdades fornecidas por aquele membro do Governo; foi o caso das que divulgou acerca da actuação do ministro Sanches Odório, quer no que diz respeito à "nota", que leu na noite e madrugada dos dias 27 e 28, respectivamente, quer no caso da proibição da saída de jornais e cessar das emissões de rádio comercial, ficando o país reduzido ao praticamente inexistente material noticioso fornecido pela Emissora Nacional. Para além da versão de Vitor Alves, a oficial, tentámos averiguar tudo o resto.

Apesar dos cuidados diplomáticos do aludido ministro sem pasta, os que estiveram em S. Bento na noite de 27 e madrugada de 28 não puderam deixar

de desabafar: "tão parecia "La Moneda"... homens armados às janelas para rechaçar qualquer tentativa da reacção no sentido de repetir o Chile... entre as três e as quatro da manhã..."

Com efeito, a essa hora, notou-se que, em algumas janelas da residência oficial do primeiro-ministro, se encontravam indivíduos trajando civilmente e empunhando armas. Do mesmo modo, notou-se que a única força defensiva da residência era composta por fuzileiros navais, ao que parece devido à retirada dos efectivos da GNR al habitualmente estacionados, na sequência de ordens recebidas.

Em S. Bento, uma parte da Comissão Coordenadora do MFA. Sabe-se também que, em S. Bento, não havia conhecimento do que se passava em Belém, ao mesmo tempo que se assistia ao sucessivo cair das emissoras de rádio e o telefone funcionava mal. Entretanto, corre em Lisboa o boato de que o primeiro-ministro e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho estavam decididos. Entre as redacções dos jornais trocavam-se telefonemas cujo assunto era, depois da discussão acerca dos telex do Ministério da Comunicação Social, proibindo a publicação de jornais no dia 28, a conjuntura política e militar então vivida. A natureza das manobras militares na capital e nos restantes pontos do país era o

tema geral das conjecturas; quem controla quem e por que via, em que estado estaria o país ao romper da manhã, até que ponto a manifestação da auto-denominada "maioria silenciosa" estaria ligada a um plano político mais geral eram as questões colocadas a todo o momento.

Entrámos em contacto telefónico, por essa altura, com o palácio de S. Bento, onde nos informaram estar presente o brigadeiro Vasco Gonçalves; do mesmo modo, o contacto telefónico que tivemos com o COPCON informou-nos que Saraiva de Carvalho estaria já a caminho daquele Quartel-General, no Forte do do Duque. Na continuação dos contactos entre as redacções dos jornais constatou que a GNR iria ocupar as estações emissoras e a RTP, passando de carro na Alameda das Linhas de Torres, em direcção à "barriada" de Carriço, verificou-se, quer, quanto à televisão, infundada essa informação, se bem que a fonte fosse peremptória quanto ao facto de a ordem ter sido transmitida.

A tensão continuou a subir, e não só nas redacções em contacto em S. Bento, os elementos da Comissão Coordenadora do MFA reúnem com o primeiro-ministro, que lhes faz o ponto da situação, nomeadamente no que respeitava a uma série de discussões havidas em Belém, no de-

Continua pág. 2

Hora Zero

Continuação pág. 1

curso das quais consta que teria tido uma alteração com o general Galvão de Melo, acolitado pelos generais Jaime Silvério Marques e Masuzi Diogo Neto, perante a neutralidade do general Spínola. As provas da conspiração reacçãoária eram as de que suficientes para conduzirem à posição da manifestação de auto-determinada "maioria silenciosa", nada mais visando que forçar certos sectores das massas populares menos politizadas a desempenhar um papel considerado pelos conjurados como arma de cobertura destinada a dar cobertura aos seus desígnios.

A intervenção da GNR nas tarefas de liquidar os "controles" estabelecidos pela população só teve relativo efeito no Porto, devido ao facto de, a coberto de uma escolta daquela corporação, serem abandonado a cidade, com destino a Lisboa, algumas dezenas de camionetas e automóveis de conspiradores armados. A partir das quatro horas, nota-se um alívio da tensão, na medida em que as ruas da cidade passam a ser atravessadas por tropas, enquanto até aí os prelos da GNR tinham apasecido aos olhos do cidadão noctívago como único tráfego armado no centro da cidade.

Pouco depois, os jornalistas de requete em frente do Palácio de D. João assistem à instalação de um dispositivo defensivo em torno deste edifício.

Ao romper da manhã, a Emissora Nacional é de novo ocupada por forças do COPCON, e curiosamente, passa a transmitir música de Lopes Graça, chilena, etc. Para os que tinham seguido as movimentações desde o início da noite, aquela música significava qual dos lados estaria a vencer. O MFA dispensa, nessa altura, de provas mais que suficientes da existência e dos fins de uma conspiração, tal como das reacções de «s» à manifestação que ainda não foi proibida.

Entretanto, a primeira vaga de protestos de activistas reacçãoários obtém um êxito total, e prolongar-se-á por todo o dia.

Em questão a possibilidade de se permitir que um golpe fascista triunfasse.

O major Vítor Alves esclareceu, quando instado pela televisão francesa acerca dos últimos dias: "quando o nosso Programa e o seu integral cumprimento são postos em causa, o MFA reage em força, e é o que agora podem ver".

A "venda" de 100 armas permitiu penetrar na rede conspiratória

SABADO, 28 poderia ter sido o grande dia da "maioria silenciosa". Tudo tinha preparado para isso. Cartazes colados e distribuídos aos milhares, de helicóptero e não só, "slides", e filmes, muitas camionetas atacadistas já com pessoas dentro para fazer número e — sobretudo — um paciente e péssimo matraquear ideológico das populações de província menos preparadas através da imprensa local e da autoridade pessoal dos notáveis da terra.

Em Lisboa, também, se assistiu ao longo de um mês e tal à invasão dos "slogans" de direita que preparavam o caminho para a grande escalada. Era dia 28, chegara o dia.

Tudo tinha preparado e não só para isso. Não era só de manifestação que se tratava. Tratava-se de, armando os seus adeptos (com muitas armas já importadas e uma encomenda de mais 40 000 já feita), exaltando os ânimos, levar a um alfrontamento de forças — Povo-MFA — que servisse os seus planos, nos quais se incluía o atentado contra o General Spisola (parece que durante a manifestação), talvez apresentado depois como vítima da violência da esquerda.

Tratava-se de um vasto e preparadíssimo plano. Os primeiros sinais surgiram logo a seguir ao 25 de Abril e o recém-formado Serviço de Informações Militares não os deixou passar

despercebidos. "Com a colaboração dos elementos populares que foi imensa desde o princípio, chegavam até nós informações de toda a espécie", acentua um responsável do sector, lá-se sabendo de reuniões que indivíduos suspeitos faziam pelo País, lá-se notando a facilidade com que se fazia movimentação nas fronteiras e passavam materiais que até então nunca tinham passado, lá-se seguindo os contactos de determinados indivíduos com o estrangeiro, lá-se estando atento à direcção do fluxo dos capitais, lá-se sabendo de fugas dos mesmos para o estrangeiro, ouvia-se falar em armas. Sobre tudo isto, afluam notícias de informadores diversos que iam bater todas as mais ou menos nos mesmos pontos. Ou nas mesmas pessoas. E conseguiu-se a ligar. Facto com facto, factos com pessoas, pessoa com pessoas.

Virá, com efeito, a propósito relembrar diversos factos já relatados pela imprensa e nomeadamente pelo EXPRESSO: A reunião de 300 ex-ANP's na quinta de Emano Alves (agora preso), a detecção do Conde de Caria (agora preso) à sua saída para o estrangeiro pelo que na altura se disse ser fuga de capitais, a prisão de algumas pessoas "para averiguações" em Maio passado, logo postas em liberdade, entre as quais algumas constam da presente lista (como Fernando Bobone), a descoberta de armas e

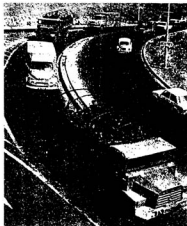
treinos de tiro em herdades do Alentejo onde, por graça, se contava até que "tinha passado a caçar-se muito às perdas de noite".

A rede estava à vista, viam-se-lhe os contornos e os objectivos, faltava o "toque" final que nos fizesse ter a certeza". E então tentou-se: alguém, por nós recolhido, entrou em contacto com uma senhora (agora presa), elemento de ligação de um grupo financeiro, a quem ofereceu cem armas para compra. E eles conspiraram.

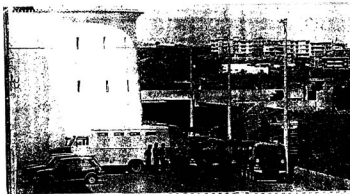
A combinação era simples, daquela simplicidade que só as pessoas com altas protecções usam: duas cartilhas trocariam a encomenda em pleno dia, na estrada. Fingiu-se uma avaria na que iria fornecer o material o que — pormenor engraçado — levou a senhora a, pressionada pela urgência ("precisamos das armas antes deste fim-de-semana", não cessava de repetir), sugerir que a contactassem para entrega das mesmas no edifício Castil, apartamento D, 12.º andar (qual curiosamente era o posto da comissão organizadora da "manifestação silenciosa", onde o COPCON, dias antes, encontrara milhares de cartazes quando lá fora "para conversar").

E assim se pegou por uma ponta do fio teente a uma meda que ainda está a desbobinar-se.

As 19.30 saíram 12 membros do



Dois carros celulares, integrados num comboio militar, transportam alguns dos detidos que desembarcaram em Caxias



MAP preparava um atentado contra o primeiro-ministro

Continuação pág. 1

COPCON com Otelo Saraiva de Carvalho que, nos seus carros particulares, arrancaram para missões distribuídas de modo muito semelhante ao de 25 de Abril. Ficaram-se duas presas ainda na noite de sexta-feira e as restantes foram ao longo do dia de sábado e domingo.

Outra ponta da meada havia de descobrir-se quase por acaso na mesma noite de sexta-feira. Algum de vigia no exterior da residência do Primeiro-Ministro verificou um veículo inusitado em frente da casa de esquina da Rua Borges Carneiro, n.º 42. Além de um guarda de arma e camuflado, foram encontrados no 1.º E, sete pessoas que foram detidas, embora entre elas não se encontrasse nenhum dos elementos dirigentes da organização aí instalada. Trata-se do MAP (Movimento de Acção Portuguesa), presidido pelo prof. Guilherme Braga da Cruz, e contando também com Alberto Correia de Barros, Luis de Sena

Esteves e Rodrigo Emílio Ribeiro de Melo. Encontraram-se no local, além de ficheiros, listas e planos de atentados (de que constavam os nomes do General Spínola e de Melo Antunes) e uma espingarda com mira telescópica apontada para o segundo degrau da escada da residência do Primeiro-Ministro, segundo informações de um dos guardas que participaram no assalto.

A estas pontas, outra ponta se veio acrescentar, e mais inesperadamente para as próprias

Forças Armadas. Desencadeado o processo, desencadeou-se também o da prisão de alguns elementos já detetados pela Comissão de Saneamento da PIDE-Legião como pertencentes a redes de informadores dentro das empresas, prisioneiros essas que estavam previstas para daí a uns dias, até porque alguns nomes coincidiam nas listas cruzadas dos dois serviços.

Tedimos assim que a relação de detidos (ver "caixa" nesta página) foi consultada por pessoas incriminadas de lados diferentes e algumas de vários ao mesmo tempo, constituindo todas elas esse núcleo de reacção que vinha desencadeando lenta mas seguramente pequenas provocações como foi a da revista dos "podes" na Penitenciária. Tratava-se, como é lógico, de explorar a emotividade das pessoas e despertar-lhes o atávico medo "dos comunistas e da revolução" a pouco e pouco e de ir tomando o pulso à resposta das massas populares.

As primeiras relações de pessoas detidas

FORAM fornecidas ao EXPRESSO pelo RAL 1/COPCON duas relações de indivíduos presos na madrugada de sábado, 28, e que as autoridades militares enviaram para a cadeia de Casias. Posteriormente, o Governo Provisório emitiu um comunicado sobre o assunto.

A primeira e mais longa dessas listas refere-se a civis: Silva Cunha, Artur Agostinho, José Carlos Botelho Moniz, Brás Monteiro, Conde de Pavulo (Zoi), César Moreira Baptista, Manuel Maria Múrias, Bernardo Mendes de Almeida (Conde de Caria), Alberto Franco Nogueira, Diogo Francisco de Melo e Faro Maldonado Passanha, Walter Cândido Ventura, Elmano Alves, Nuno José Serre Alves Carliano, Fernando Maria José Araújo Babone, Luís Manoel Caldeira Castelo Branco Cordovil, José Manuel do Casal-Ribeiro Tavares, Orlando da Silva Canavaro de Almeida, José Luís Assis Posser de Andrade, Álvaro José Castelo Branco Pimenta da Gama, Fernando José Andreassen Guimarães, Margarida Maria Mendes de Aragão Teixeira, João Pedro Mendes de Aragão Teixeira, António Júlio Pereira da Sebes Oliveira Alves Martins, Florentino Goudart Nogueira, Rogério Figueiras Rego, Maria Júlia Loureiro Rebelo Jardim, Hélio Govey Pereira, Carlos Isidro Miranda Pessoa, João do Carmo Correia Botelho, Manuel Joaquim Gil Boto, José Tufoes Correia, Telmo Rui Vaz da Fonseca, Fernando de Pina Ferreira Isasca, Fernando Elias Pimenta de Sousa, Raul dos Santos Fernandes, Francisco António Gonçalves, Alcides Silva Albino Pereira, Álvaro de Leite Antas, Artur Mário Gallego Alvarez, Jorge Jeremias da Silva, José António Saldanha Sousa Meneses, Diocleciano Ferreira Silva Pinto, José Pedro de Brito Fontes, José Miguel Granadeiro Carvalho Cerqueira, António Geraldes, José Manuel Marques dos Santos Costa, Abel Simões Vergílio, Luís Filipe Moura de Oliveira, Carlos Alberto de Moura Figueiredo, Reginaldo Benvindo de Paiva Frazão, José Luís Pechirra, José Horácio de Sousa (detido por convivência na fuga de seu pai, Manuel de Sousa Lima, guarda da Fábrica de Pólvora de Chelas, e a quem se pretendia deter), Bernardino da Silva Santos, Carlos Alberto dos Santos Neves, Vasco Perdigão Pimentel Alpoim, António Alberto Castelo Branco Nogueira, Daniel Martins, P. de M. Veloso Ferreira, Domingos Fernando Moura, João Augusto de Almeida, Joaquim Arantes Pedrosa dos Santos (preso 6.ª-feira, 27) e Henrique Manuel Nogueira Nunes (idem).

Militares detidos

Uma segunda lista diz respeito a indivíduos militares presos também na madrugada de sábado, 28, e igualmente enviados para Casias:

General Katúza de Arriaga, brigadeiro Remígio, António Pereira Santana, Abílio de Oliveira Ferro, José Luís de Almeida Azevedo, Rui Vasques de Mendonça, Napeioko Pita Vieira de Assorim (coronéis), major Bordado, Anatório Ernesto Ferreira, Henrique Augusto Tomé (força aérea) e António Manuel Campos (capitães), João Pedro da Fonseca (alferes miliciano), Bettencourt Correia e Ávila (harril miliciano) e Pedro José Mendes de Aragão Teixeira (recruta do Curso de Sargentos Milicianos).

De comparação das listas iniciais e da constante do comunicado do Governo Provisório sobre o assunto, resulta que nas primeiras constavam alguns militares cujos nomes depois foram retirados, a saber: Álvaro Valente Araújo (comodoro), Pereira de Castro e Barbieri Cardoso (generais), Irenno Mota e Joaquim Dores (coronéis), major Adão Graça e capitão Alpalhão.



Primeiro Ministro de Moçambique ao EXPRESSO:

A cooperação com Portugal uma das preocupações cimeiras da Frelimo

LOURENÇO MARQUES (do novo enviado Augusto de Carvalho) — Apresentou o EXPRESSO, a semana passada, uma entrevista detalhada com o Alto Comissário de Moçambique, almirante Victor Crespo, que, em linguagem franca, sem rodeios, expôs alguns dos principais problemas que, naquele preciso momento, se debatiam e continuam ainda a debater-se em Moçambique, equacionando-os do seu ponto de vista.

Hoje é o Primeiro-Ministro do Governo Transitório e membro do Comité Central da FRELIMO, Joaquim Chissano, que fala aos leitores do EXPRESSO. Praticamente dos mesmos problemas, equacionando-os de acordo com a sua visão, que é a da FRELIMO. A partir de declarações tão abalizadas pode o leitor extrair com segurança as suas conclusões sobre o caminho político que Moçambique começa a construir sem guerra.

Que caminho vai ser esse, que tipo de ordem nova se começa a levantar por este país além, qual o seu conteúdo doutrinar, como se enquadrará a vida dos indivíduos no todo nacional, quais as relações de Moçambique com Portugal e com o resto do Mundo, pequenos-grandes problemas de

segurança, de permanência e de futuro, e antes de tudo pormenores sobre os encontros em Lusaka, é o que vamos ver pela boca do primeiro-ministro Joaquim Chissano, que recebeu o enviado do EXPRESSO, em Lourenço Marques, na antiga residência do governo do distrito, na Ponta Vermelha, pelas oito horas e meia da manhã.

A história acordo de Lusaka

EXPRESSO — Está por fazer a história do Acordo de Lusaka entre o Governo Português e a FRELIMO: acordo que deu origem em termos formais ao actual projecto de Moçambique rumo à criação, neste sul da África, de uma sociedade anti-racial. Um dos homens que, pelo lado da FRELIMO, participou activamente no encaminhamento do processo foi o primeiro-ministro do governo transitório Joaquim Chissano. E precisamente ao primeiro-ministro a quem, a abrir a primeira entrevista que concede para fora de Moçambique, gostaríamos de pedir que nos revelasse algo da tramitação do acordo.

JOAQUIM CHISSANO — O processo que levou ao Acordo de Lusaka não está separado do

processo de luta pela libertação nacional em geral. A nossa luta de libertação nacional criou e aprofundou uma consciência e compreensão ao ponto de nos fazer surgir claramente a posição de amigos e inimigos. Mesmo em Portugal e no resto do mundo.

Quando encetámos as negociações, era necessário estabelecer certos princípios, o que nós fizemos guiados pela definição dos nossos amigos e dos nossos inimigos. Vimos logo os passos que era necessário dar para se atingir a independência e, finalmente, realizámos o primeiro encontro de Lusaka.

Este encontro foi precedido, em primeiro lugar, pelos apelos, via rádio, da parte do Governo Português, para um cessar-fogo, apelos a que nós não acedemos por julgarmos não ser correcto que o cessar-fogo fosse feito em virtude de um simples apelo pela rádio.

Por outro lado e em segundo lugar, não havia princípios estabelecidos que nos dessem a garantia que o cessar-fogo correspondia ao alcance dos nossos desejos ou objectivos. Dos desejos do povo afinal pelos quais nos batíamos.

Finalmente o governo português compreendeu isto mesmo e, assim, após contactos directos e indirectos resultou a primeira reunião de Lusaka. Mas esta primeira reunião de

Lusaka não se teria realizado se, em Portugal, não existissem as forças que eram nossas amigas e nossas aliadas. Foi, por isso, que também se realizaram contactos com tais forças para troca de impressões. As nossas posições que afirmámos no primeiro encontro de Lusaka, foram sendo esclarecidas de tal forma que foi possível realizar reuniões intermédias secretas das quais resultou o segundo encontro de Lusaka, o último onde realmente podemos dizer que as coisas se formalizaram. Entre estas duas reuniões houve todo um trabalho intenso.

E, no entanto, necessário frisar que foram as forças que estavam decididas a descolonizar que levaram avante o processo e que permitiram esta compreensão mútua.

O papel de Melo Antunes

EXP. — Há, em Portugal, quem tenha a convicção que o ministro Melo Antunes, foi, de parte portuguesa, sem esquecer os outros negociadores, pedra basilar ou chave para a compreensão, em Lisboa, de todo este processo de descolonização, agora já em fase de actualização prática e que o almirante Victor

Continua pág. 6

Joaquim Chissano: é nas relações de trabalho que a população branca

Continuação da p. 1

Crespo aparece desde o início como garantia bastante da descolonização.

J. C. — Devo dizer que o ministro Melo Antunes mostrou sempre uma grande compreensão e uma grande iniciativa quanto aos nossos problemas. Eu sei dos contactos que nós tivemos com Melo Antunes, mas desconheço a sua influência em Portugal. Não quero entrar neste ponto. Mas dos contactos que teve connosco, posso dizer que mostrou sempre uma grande iniciativa, uma grande compreensão, sobretudo uma determinação de descolonizar.

Quanto ao almirante Victor Crespo, a sua presença e actuação, significativas aqui, no sentido de uma acelerada descolonização, sem tentativas neocolonialistas, como ele diz, já responde à sua pergunta.

Muitos portugueses ignoram a Frelimo

EXP. — De todos esses contactos existentes entre moçambicanos e portugueses ao nível das autoridades, realizados durante a procura do processo concreto da descolonização, reforçaram-se ou criaram-se laços de amizade preñunciantes de relações fraternas entre os nossos dois países?

J. C. — Sim. Especialmente foi durante esses contactos que muitas das forças portuguesas neles intervenientes começaram a compreender o que era a FRELIMO.

EXP. — Na realidade, grande parte dos portugueses e isto mesmo entre as autoridades, ignorava e actualmente ignora o que é verdadeiramente a FRELIMO. Ainda aqui há um mês o governador de um distrito de Moçambique confesso, em entrevista a um jornal, que só então descobria a Frente de Libertação de Moçambique por

lhe haver chegado às mãos um prospecto contendo as linhas básicas de orientação política do movimento.

J. C. — E esse afirmou que conhecia a FRELIMO por haver lido um prospecto, mas se tivesse realmente contactado com a FRELIMO tê-la-ia conhecido muito melhor.

Descobriria até que ainda não conhecia a FRELIMO. Foi o que sucedeu com muitos dos nossos amigos, mesmo em Portugal. Eram nossos amigos, mas não nos conheciam exactamente. Pensavam numa FRELIMO ideal, em sonhos, etc., mas desconheciam realmente o seu valor.

Destruir o aparelho colonial: tarefa prioritária do Governo

EXP. — Segundo pensamos uma das tarefas prioritárias deste governo é operar a descolonização. Queria perguntar-lhe, por conseguinte, em que é que vai consistir, primeiro que tudo, essa tarefa, ao nível da transferência das estruturas coloniais para estruturas moçambicanas.

J. C. — O que nós queremos não é a transferência das estruturas coloniais. Queremos, sim, destruir as estruturas coloniais que não podem servir de forma alguma os interesses do novo povo.

EXP. — E quais as prioridades, neste primeiro ano de governo transitório?

J. C. — Vamos fazer um estudo de conjunto neste primeiro ano a fim de que todas as estruturas sofram uma transformação que as torne aptas a servir o povo. Para já, pelo menos, as estruturas que dizem respeito ao poder político. Sobreretudo estas, embora as referentes à economia, educação e justiça, etc., façam parte das nossas preocupações essenciais, mas creio que o nosso dever fundamental durante este ano é o de nos preocuparmos com as estruturas políticas. Gostaria de frisar bem que para nós estruturas não quer dizer indivíduos, pessoas. Não nos interessa tirar esta ou aquela pessoa deste ou daquele cargo,

mas organizar as estruturas de tal maneira que venham a servir os interesses do povo. Eu repito porque desejo que isto fique muito claro: não se trata de expulsar indivíduos.

Banco Nacional de Moçambique

EXP. — No sector económico-financeiro faz parte já dos planos do governo transitório a criação de um Banco Nacional de Moçambique?

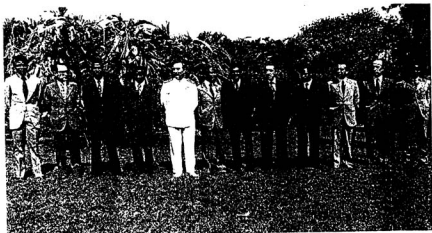
J. C. — Seria impossível começarmos o governo sem termos esse banco e o processo já foi iniciado. Já temos do nosso lado a funcionar uma comissão para esse efeito e creio que, em Portugal, da parte do governo português, já começaram a pensar neste aspecto.

EXP. — O que se pode azever que, logo a seguir à independência, haverá emissão de moeda própria?

J. C. — É cedo para lhe fazer uma previsão dessas: os nossos economistas estão a estudar o problema para ver o que é possível fazer. Estamos a trabalhar no sentido de ter um banco central que desempenhe as funções de um banco nacional incluindo a emissão de uma moeda nacional como acontece em qualquer país do mundo.

vai descobrir o seu lugar na sociedade moçambicana

Entrevista de Augusto de Carvalho



O governo transitório de Moçambique, com o Alto Comissário da República Portuguesa, almirante Victor Crespo, posam para os fotógrafos nacionais e estrangeiros, nos jardins do Palácio da Ponta Vermelha

O futuro de uma população agora em pânico

EXP. — Nestes dias que, como enviado do meu jornal, passei por aqui, tenho contactado muito com a população e talvez mais com a branca. Note, nesta, um receio enorme, quase um pavor do futuro cujas causas profundas não vale a pena estar a indagar aqui. Funciona sobretudo o jornal do «diz-se ou disseram», do boato, que empurra esta gente para fora de Moçambique originando reacções em cadeia. Gostaria de precisar que estou a referir-me, antes de mais, à população que vive do seu trabalho, não detentora, por conseguinte, da propriedade das fontes de produção.

Que nos poderá dizer, na sua qualidade de primeiro-ministro, quanto ao futuro desta população?

J. C. — Eu creio que nós já dissemos muita coisa a esse respeito. E não o dissemos apenas agora, já o dissemos muito antes do 25 de Abril. Posso mesmo afirmar que já o professávamos desde o início da FRELIMO: que nós não lutamos contra nenhuma raça e muito menos contra indivíduos de uma raça. Não há, por conseguinte, razão absolutamente alguma para a população branca se alarmar. Observe, no entanto, que declarações deste tipo não são suficientes. Dava-me conta que

não é com declarações que vamos tirar o receio e o medo. Estamos decididos a começar a trabalhar e cremos que a população branca nos vai descobrir nas relações de trabalho e vai descobrir o seu lugar na sociedade moçambicana. E nós estamos decididos a realizar a partir de agora. Em geral, as pessoas não conseguem abarcar o sentido daquilo que se diz ou daquilo que está escrito no papel. Trata-se de gente que está alienada por séculos de mentira e de divórcio. Alguns estão mesmo receosos devido a pequenas ofensas que teriam praticado contra este ou contra aquele. Por outro lado, entre os pretos há também indivíduos que ainda não compreendem profundamente aquilo que se diz. Pensam lá com eles que os dirigentes falam, mas a coisa não é bem assim. Não compreendem ainda porque é que as relações entre as duas raças eram quase antagónicas. Nós, que já descobrimos esse porquê, que «isolámos» esse porquê, vamos mostrar, agora, como se harmonizam as relações entre as raças. Falamos muito em destruir o complexo de superioridade e o complexo de inferioridade. Mas como se conse-

que tal? Só no trabalho diário, no contacto de todos os dias isso se consegue.

Creio mesmo que muitos daqueles que deixaram ou vão deixar Moçambique e partem para Portugal ou para a África do Sul, não vão regressar, porque não vão ver, porque não vão sentir que as coisas não eram nada daquilo que eles imaginaram. Mas nisto o exemplo da vida é muito mais significativo, muito mais explicativo que as palavras.

Onde está a originalidade da nova sociedade moçambicana

EXP. — Os discursos do Presidente Samora Machel e algumas declarações já emitidas pelo Primeiro-Ministro referem-se constantemente a uma sociedade original em Moçambique. Poderá dizer-nos em que é que consiste essa originalidade no contexto dos sistemas político-sociais do mundo em geral e da África em particular?

J. C. — Vou descrever aquilo que penso que constitui essa originalidade: «é, pessoalmente, sinto-me muito

perturbado quando tenho de responder a perguntas formuladas em termos de brancos e pretos, já que não estou habituado a pensar segundo esses esquemas. É então que sou forçado a pensar que na nossa organização há muitos pretos e brancos. É curioso que estive há pouco a conversar com um camarada branco que está a sofrer do mesmo problema. Assusta-se porque afinal tem de justificar, por vezes, como é que se sente a trabalhar com pretos. Nós não estamos habituados a distinguir.

Por outras palavras: a originalidade está em que a independência de Moçambique é diferente da maior parte dos países de África, posso mesmo dizer que é particular em relação a todos os países da chamada África Negra, já que é o resultado de um processo revolucionário. Não houve apenas uma luta armada, mas a essa luta foi dado um sentido revolucionário e criaram-se princípios capazes de orientar a nossa sociedade. É daí que vem a originalidade da sociedade moçambicana. Não é uma coisa que apareça por acaso.

Em primeiro lugar não a considerar a questão da sociedade no que diz respeito ao desaparecimento do conceito racial. Seguidamente o conceito de igualdade que não é apenas slogan. Falar da maioria, em Moçambique, não é a mesma coisa que falar da maioria noutros países, porque nestes, quando se empregava a expressão maioria, era para se referirem às raças. Chamam-nos africanos e europeus, nem sequer dizem pretos e brancos. Para eles o que era africano era preto e o que era branco era europeu. Nós não temos esses conceitos, sem termos racismo, é claro, de falar em pretos e brancos sempre que se trata de designar as raças. As raças existem. Para sabermos o que quer a maioria recorremos às nossas linhas de orientação política. Nós consideramos a maioria dentro de uma perspectiva de um alinhamento político correcto, mas neste caso que tanto pode ser preto como branca.

A originalidade está no conceito global da sociedade que queremos criar e não nos aspectos isolados.

Que democracia em Moçambique?

EXP. — Quer nos discursos de Samora Machel (em especial o da tomada de posse do governo transitório) quer em várias declarações do primeiro-ministro ou do Comissário Político, vem constantemente à baila o tema da instauração de uma democracia em Moçambique. Por outro lado, parte não indiferente dos leitores do chamado mundo ocidental e concretamente de Portugal, habituados a pensar democracia política em termos de partidos, faz-lhes impressão ouvir o seu nome fora do quadro pluripartidário. Pode explicar o sentido que dá à palavra democracia, quando fala na sua implantação em Moçambique, isto a nível da participação do povo na elaboração das decisões políticas?

J. C. — Para mim é muito claro e a ideia está também exposta com toda a clareza no discurso do Camarada Presidente: em cada fábrica, em cada família, em cada bairro, etc., deve constituir-se um comité do partido. Em toda a parte. É possível que haja indivíduos que não vão querer participar no partido. A estruturação do partido vai permitir, porém, a auscultação mesmo dos membros que lhe não pertencem. Vamos discutir os problemas dos diferentes sectores do trabalho, dos diferentes sectores da habitação no seu conjunto e nestes, como nos outros problemas, havemos de encontrar fórmulas para ouvir aquelas pessoas que não querem fazer parte do partido. Com este processo estamos convencidos que vamos ter toda a gente, finalmente, a participar no Partido. Já trabalhávamos com comités populares nas zonas que até lá poucos dias chamávamos

libertadas, comités esses que resolvem todos os aspectos da vida.

Para além dessa estruturação de Partido realizamos reuniões de massas, reuniões públicas, a que toda a gente vem e onde toda a gente fala. Todas as actividades da vida vão ser discutidas pelo povo e vão ser orientadas pelas opiniões do Partido. Haverá, por conseguinte, uma autêntica participação. Claro que compete-nos estudar agora como se vai processar essa estruturação. E já começámos. Segunda-feira, houve ali, no liceu, uma reunião do FRELIMO. Inicialmente a reunião apenas se destinava a um número restrito de militantes do FRELIMO mas ao saber da reunião apareceram muito mais pessoas. Contávamos com cerca de trezentas e vieram entre quinhentas e seiscentas. Nem por isso deixámos de abordar certas questões organizativas com a presença de toda aquela população.

Respeito pelas religiões

EXP. — Como se integram as religiões dentro da linha de orientação global do partido? Há quaisquer orientações restritivas, permissivas ou proteccionistas a este respeito?

J. C. — Nós respeitamos qualquer religião, embora não da mesma maneira como acontecia na época colonial, em que as religiões tinham a ver com o Estado, tinham a ver com as escolas. O religioso que participar nas novas actividades políticas fá-lo-á em perfeita igualdade com as outras pessoas e da mesma maneira. Enquanto Estado ou enquanto Partido não vamos

interferir nos cultos religiosos. E os religiosos podem, se o quiserem, como qualquer outro cidadão, em perfeita igualdade de circunstâncias, desempenhar funções no Partido ou no Estado.

O problema da nacionalização das fontes de produção

EXP. — Há pessoas em Moçambique que, habituadas a viver no regime da propriedade privada das fontes de produção, receiam por aquilo que possa vir a acontecer às suas empresas. Refiro-me concretamente ao problema das nacionalizações e das nacionalizações não apenas ao nível das grandes empresas, mas também a uma escala mais modesta, a da pequena indústria, ou da pequena machamba (empresa agrícola) cujos proprietários fatigaram, durante anos, para entrar na sua posse ou, por vezes, lhes foi concedida pelo antigo sistema dentro do jogo das cunhas tão característico do poder colonial. Gostaríamos, por isso, se não visse inconveniente, que, enquanto Primeiro-Ministro e membro do Comité Central do FRELIMO, abordasse este problema.

J. C. — Não vejo inconveniente nenhum. Se nacionalizarmos e aquilo que nacionalizarmos, tudo será feito dentro da mesma forma e do mesmo espírito democrático de que já falámos até aqui. Quando for caso disso, tentaremos inclusivamente fazer compreender ao proprietário que tal nacionalização não é para o prejudicar, nem o vai prejudicar, mas que é feita para servir os interesses da maioria,

ou seja, do povo a que ele pertence. Vamos procurar que tal seja feito com a sua compreensão. Se houver alguém que não queira compreender, então é porque já não quer trabalhar dentro dos interesses da comunidade moçambicana. Não queremos nacionalizar nem o vamos fazer como gogna. Só o faremos, repito, quando corresponder aos interesses do povo. Não vejo, por exemplo, em que venha a servir os interesses do povo tirar dois, três, ou cinco hectares a um agricultor.

Mesmo quanto às grandes nacionalizações, é preciso fazermos um estudo atento para saber quais os benefícios que isso traz para o povo.

Nacionalizar para ter o prestígio de que somos socialistas ou qualquer outra

Como estancar a sangria dos quadros e a cooperação de Portugal

coita no género, não nos interessa nada.

Como estancar a sangria dos quadros e a cooperação de Portugal

EXP. — Mesmo já antes do 25 de Abril se notava, aqui em Moçambique, uma hemorragia nos quadros, sobretudo técnicos. Essa hemorragia agravou-se e, por aquilo que nos consta, parece não acenar a diminuir. Como pensam resolver de imediato este problema? Recorrer ao estrangeiro, procurando médicos, professores, engenheiros, quadros médios, etc.? Pensam recorrer a Portugal? Qual a solução que lhes parece mais conveniente?

J. C. — Ainda ontem tive uma reunião com os professores da universidade. Afirmei-lhes que é nossa preocupação manter o espírito que nos animou a nós e a Portugal durante as negociações, o qual é o de criarmos (conservar não é bem o termo) relações boas entre Moçambique e Portugal. Nós não devíamos correr para soluções que não englobassem, em primeiro lugar, Portugal e Moçambique. Estamos a fazer pesquisa de fórmulas para resolver o problema dos técnicos, dos professores, dos médicos, dentro do quadro de Portugal e de Moçambique. É evidente que nós não viemos aqui para fazer uma substituição dos portugueses. Se, porém, esgotarmos as possibilidades de cooperação entre Portugal e Moçambique, teremos que procurar lá nos outros lados. Mas quero acentuar que isso será depois de esgotarmos todas as possibilidades. Neste momento ainda creio que o bom senso acabará por triunfar.

Creio que também entre os técnicos há indivíduos que querem servir Portugal e uns das formas de o servir é esta mesma que, neste momento, se

me afigura demasiado importante. Creio firmemente que muitos técnicos, muitos médicos, muitos professores-hão-de regressar.

Conhecemos já países e indivíduos de outras nacionalidades que estão na expectativa de se lançarem para Moçambique. Nós não queremos ainda envolver por esse caminho. Não gostaríamos.

Moçambique: base revolucionária contra o racismo e o imperialismo

EXP. — Dos contactos que temos tido nestes últimos dias com sul-africanos, rodésianos, e até americanos, aqui em Moçambique, notámos que muitos deles ficaram perturbados com as palavras do Presidente da FRELIMO, Samora Machel, quando ao dirigir-se, há dias, aos diplomatas escandinavos e do bloco socialista acreditados em Dar-es-Salam, afirmou: «Moçambique tornar-se-á uma base revolucionária contra o imperialismo e o colonialismo em África». Essas pessoas a que me estou a referir interpretaram, na generalidade, as palavras de Samora Machel, como pronúncia de intervenção nos assuntos internos da África do Sul do Apartheid e na Rodésia de Ian Smith, fazendo-lhe guerra a partir do interior moçambicano, para a destruição dos sistemas racistas.

Como comentaria uma afirmação destas?

J. C. — Evidentemente que não seriam de esperar outras interpretações provindas de gentes que não sabem o que é uma revolução. A nossa luta não foi uma revolução pelo facto de ser armada. Estávamos em armas os colonialistas portugueses, mas não se encontravam engajados numa revolução.

Para nós, base revolucionária não significa arsenal de armas. Nem sequer significa interferência nos assuntos internos de outros países.

Na realidade, Moçambique vai ser uma base revolucionária contra o imperialismo, porque vamos construir aqui uma sociedade anti-imperialista, uma sociedade em que o homem viva livre da dominação estrangeira e de todas as suas sequelas. Vamos, aqui, em Moçambique, destruir as bases do racismo e do imperialismo criando a nossa própria ideologia, uma ideologia, como não podia deixar de ser, anti-imperialista e anti-racista. É neste sentido que nos vamos transformar numa base revolucionária.

Claro que é impossível ignorar que uma vez estruturado um país nestes moldes, ele vai servir de exemplo e apoio para a luta de outros países que não necessariamente da África do Sul ou da Rodésia, como não necessariamente da França, da Espanha, da América, etc.

Daqui tão longe, nas margens do Índico onde nos situamos, há países que constituiram para nós bases revolucionárias, bases de inspiração para a reconstrução do homem, portanto não no sentido em que as interpretam esses indivíduos. Para se fazer uma interpretação correcta é necessário compreender o que é uma revolução.

O antirracismo da Frelimo

EXP. — A fidelidade à reportagem compõe-se a dizer que dos contactos ultimamente havidos com elementos da FRELIMO que posso classificar, sem exagero, de intensos, verifiquei ausência de racismo, inclusive ao nível da

língua. Não consigo, posso dizê-lo, detectar um acto falhado que traduzisse através da fala, uma interioridade anti-racista não amadurecida. Acontece, porém, que tenho lido, como é evidente, com muita gente que se declara anti-racista, mas que se exprime ao nível da linguagem com uma terminologia de acentos raciais. Por outro lado, não me posso esquecer que a maioria dos elementos da FRELIMO saíram de uma sociedade impregnada de conteúdos raciais. A ser isto verdade, como é, gostaria de perguntar se a doutrina anti-racista da FRELIMO é um dado da primeira hora da existência da organização ou é antes o fruto de um trabalho interior no seio do movimento até chegar à fase actual?

J. C. — Posso-lhe dizer que nós definimos numa primeira fase o inimigo como sendo o colonialismo e o imperialismo. Mas nós posso dizer que essa definição fosse então inteiramente compreendida mesmo no seio da nossa organização. Houve contradições que, a pouco e pouco, nós permitiram esclarecer e chegar ao significado real dessa definição.

As contradições foram grandes. Levaram-nos a tragédias dentro da organização. Perdemos insistentes valores até ao ponto em que nós descobrimos que as contradições estavam baseadas na existência de duas linhas de orientação política. Foi nessa altura que nos demos conta da profundidade da definição do inimigo. Por isso eu posso responder concretamente à sua pergunta que não foi fácil conquistar este estágio de evolução.

Porque é que nós usamos esta terminologia hoje? É que toda a gente já sabe quem é o inimigo que ele não tem cor ou raça e que é esse precisamente o outro que se deve combater. E também já sabemos quem são os nossos aliados. Não podemos por isso usar outra linguagem.



Armando Guebuza, ministro da Administração Interna e Comissário Político



Joaquim Chissano, primeiro-ministro de Moçambique ao discursar no acto de posse, tendo à sua esquerda o ministro Melo Antunes e à direita, Victor Crespo e os comandantes Gomes Mota e Aguiar, do gabinete do Alto Comissário. O comandante Aguiar foi nomeado secretário-geral, responsável pelos complexos problemas que a descolonização envolve por parte do governo português

Semana Nacional

O estranho caso da livraria "Outubro"

"CONTINUO a considerar extremamente suspeito, por diversas razões, o comportamento desses indivíduos", declarou ao EXPRESSO, uma empregada da livraria Outubro, à Quinta das Mouras, que na penúltima sexta-feira teve participação directa nos acontecimentos aí registados e de que a imprensa apresentou versões controversas. Segundo esclarecimento fornecido aos órgãos de informação na manhã de segunda-feira pelo 2.º Comandante da P. S. P. de Lisboa, os indivíduos referidos faziam parte da Secção de Comunas daquela corporação e a sua presença na livraria Outubro foi determinada pelo cumprimento de uma ordem do Governo Provisório para apreensão do jornal "Proletário Vermelho", que é editado naquela livraria, responsável pela publicação de trabalhos considerados injuriosos para a pessoa do Presidente da República.

Por outro lado, a empregada da "Outubro" relata ao EXPRESSO: "Um dos indivíduos do grupo suspeito entrou na livraria enquanto os outros se dispunham em posições "estratégicas" no exterior, afirmando que pretendia entregar pessoalmente uma carta a Bento Vinham, director da "Livraria Vermelho", que se encontra anexo de Lisboa. Inicialmente eu e a carta só poderia ser entregue pessoalmente ao director do jornal e não adiantou nada de concreto sobre as razões que os levaram a estar ali. Vinham em "missão secreta" e não foi referida qualquer ordem de apreensão do "Proletário Vermelho". Ora isto é realmente estranho."

"Além disso — prossegue a empregada da "Outubro" — há um momento extremamente curioso: a carta endereçada a Bento Vinham trazia fita colada no verso do envelope. Será isto normal numa carta de natureza oficial?"

Sobre o facto de um dos indivíduos do grupo ter sido identificado como elemento da antiga PIDE/DGS — o que foi desmentido pelo 2.º Comandante da P. S. P., esclarecendo que se tratava de confusão devida a um caso de semelhança física — a empregada da "Outubro" adiantou: "Reconheci efectivamente esse indivíduo, porque o vi em 72 em Caslas quando ali esteve de visita a um preso político. De facto, nunca estive pessoalmente com ele, aliado a outros prisioneiros suspeitos do comportamento desses indivíduos, levando-me a crer que há qualquer coisa de muito estranho que se esconde por detrás do caso. Na "Outubro" temos recebido com insistência, nos últimos dias, telegramas anónimos."

Inquérito a magistrados

OS ANTIGOS adjuntos do procurador geral da República, Drs. Carlos Manuel Costa Saraiva e António Luís de Oliveira Guimarães, estão a ser alvo de um inquérito, pela sua actuação anterior a 25 de Abril.

A decisão do Conselho de Saneamento do Ministério da Justiça para o apuramento de responsabilidades mereceu o despacho favorável do respectivo ministro.

Do mesmo modo, o desembargador Morgado Florindo, que durante anos desempenhou o cargo de presidente do Plenário da Boa-Hora está também a ser submetido a um inquérito. Este inquérito estender-se-á ainda a outros magistrados que prestaram serviço no referido tribunal.

M.P.L.A. pronuncia-se sobre Cabinda

A CONFERÊNCIA Inter-Regional de Militantes do MPLA, recentemente realizada em Angola, algures no distrito do Moxico, aprovou uma declaração sobre o distrito de Cabinda. O documento revela a posição daquele movimento de libertação sobre a formação, após o 25 de Abril, de organizações que pretendem uma independência separada para aquele enclave, e responde, também, às declarações de certas personalidades, nomeadamente angolanas.

A declaração começa por historiar a sequência dos acordos "troncos" estabelecidos entre os ocupantes portugueses e os chefes tradicionais de Cabinda; acordos que "não reconhecem quaisquer direitos políticos às populações de Cabinda e muito menos o direito à autodeterminação e à independência". Relata, depois, sumariamente o processo de partilha de África pelas potências coloniais em vésperas da conferência de Berlim (1885) e a submissão das populações através de "tratados" extremamente desiguais.

Depois de referir que a luta armada comum constituiu um poderosíssimo instrumento de consolidação da Nação Angolana, a declaração lembra que "o distrito de Cabinda desde se tornou um dos bastiões da luta libertadora sob a direcção do MPLA, e as suas populações aderiram em massa ao nosso Movimento".

Analisando os motivos que estão na origem da formação de ne os partidos, a Conferência considera que eles são fruto do "oportunisto tribalista e regionalista" e que, sendo um fenómeno normal em África e em Angola, "eles servem invariavelmente interesses estranhos" (como se sabe, Cabinda possui grandes riquezas naturais, nomeadamente petróleo, explorado por companhias americanas).

Sobre a personalidade dos dirigentes de tais movimentos, o MPLA afirma que eles são na sua maior parte antigos emigrantes nas Repúblicas do Zaire e do Congo, "ou então indivíduos que até há pouco tempo se afirmavam vigorosa e publicamente como portugueses, alguns reconhecidos como íntimos colaboradores da PIDE/DGS".

Depois de afirmar que o divórcio à integridade territorial é reconhecido pela ONU e pela OUA e foi reafirmado pelo governo português em declaração conjunta com o Secretário-Geral da ONU, a declaração salienta que o MPLA continuará a defender a integridade territorial de Angola. A terminar, sublinha-se que: "A organização político-administrativa de Angola independente, que será estabelecida pela futura constituição, será o reflexo da vontade popular e terá em conta os particularismos locais".

EUA apoiam Portugal economicamente

UM EMPRÉSTIMO no montante de 150 milhões de dólares foi concedido a Portugal por entidades privadas americanas. As mais importantes destas entidades são os bancos Morgan e First National City (50 milhões). Os restantes 100 milhões são sobre-todo devidos por mais cinco ou seis bancos americanos. O empréstimo foi assinado em Londres na sucursal do F. N. C. B. Sabe-se também que um volume de apoio económico a Portugal será divulgado pelo governo americano no início do próximo mês, dependendo apenas de aprovação do Congresso. Já as negociações para um empréstimo de entidades privadas europeias parecem ser menos sucessos.

Acabou o condicionamento industrial

FOI APROVADO no Conselho de Ministros de ontem o projecto-lei que dá por findo o condicionamento industrial. Considerado durante anos como um travão ao desenvolvimento da nossa economia, foi abolido por projecto do eng. Torres Campos.

Conseguimos entretanto apurar que de futuro as indústrias passarão a dividir-se em dois grandes grupos:

Num primeiro estado incluídas aquelas cuja instalação irá depender de concurso público a realizar pelo Estado;

No segundo grupo, incluem-se as indústrias cuja instalação terá que obedecer a determinados requisitos a fixar por despacho do Secretário de Estado da Indústria.

Mário Soares: contactos com Singh e Gromyko

EM COMUNICADO conjunto dos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da União Indiana, que se encontram em Nova Iorque a presidir às respectivas delegações à assembleia da ONU, informa-se que os dois países concordaram em restabelecer as relações diplomáticas de há muito interrompidas e que está para breve a assinatura de um pacto cultural, que visa, nomeadamente, a promoção da língua portuguesa e a preservação dos monumentos histórico-religiosos nos territórios de Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli. Segundo o mesmo comunicado, o ministro português declarou que o seu governo "está disposto a reconhecer a absoluta soberania da Índia" sobre estes territórios.

Por outro lado, Mário Soares deslocou-se à missão soviética junto da ONU, onde foi recebido pelo ministro dos Estrangeiros da U.R.S.S., Andrei Gromyko.

Segundo agências de informação, o ministro português "fez uma exposição sobre o processo de descolonização em curso", tendo os dois diplomatas procedido a uma troca de pontos de vista sobre cooperação económica, técnica e cultural. Foram também abordados problemas relativos à segurança europeia.

Um golpe falhado: luz verde para a esquerda?

HA OCASIÕES em que o comentarista político preferiria não ter de escrever, tão diluída é a situação analisada, tão rápida é a sucessão de acontecimentos. Mas, como se convencionou a periodicidade (quase) matemática dos jornais, o EXPRESSO tem de sair amanhã, e hoje, domingo, dia 29 — aconteça o que acontecer — cumpre ensaiar um esboço de análise das últimas quarenta e oito horas.



5.ª-feira passada, no Campo Pequeno. O general António de Spínola, Presidente da República. E o brigadeiro Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro

Manifestação que não houve

Durante cerca de quinze dias, os meios políticos portugueses mantiveram acesa polémica em torno da realização de uma manifestação de direita ao General Spínola em Beirém. Que se tratava de manifestação de direita foi claro desde o início a partir dos partidos francamente apolíticos, (P. Liberal, Democrático-Cristão, Trabalhista-Democrático), dos esquemas conhecidos da organização, da desvinculação clara de vários agrupamentos políticos democráticos como os partidos políticos da coligação (PCP, FPD e PS). Ainda durante a semana passada, começou a ser visível que na manifestação convergiam dois tipos de objetivos: o de potenciais preparadores: aqueles que eram maioria, que pretendiam uma prova pública do peso da direita, tentando apresentar como cabeça visível o Chefe de Estado; e os que, por uma ou outra vez, davam a entender que se iria mais longe, instigando a manifestação, um golpe de força visível alterar o "status-quo". A acção dos primeiros desdobrou-se sobretudo no norte do País, com uma capacidade financeira e administrativa reveladora de cuidadosa preparação.

Os segundos tanto quanto é possível uma reconstrução teriam planeado a conspiração há longa data, eventualmente em ligação com o golpe frustrado de Lourenço Marques, depois acelerado pelo acordo de Lusaka.

Recordo-se que então, em contactos hávidos com governantes moçambicanos, e no próprio Rádio Clube, os revoltosos teriam invocando um golpe análogo em Portugal, golpe esse porque esperaram debalde durante três dias. Aliás, semanas antes, dirigentes do FICO, tinha sido, em Portugal, contactos de relevo com personalidades destacadas do panorama governativo nacional.

Deixando, de momento, a análise da conspiração, a manifestação veio suscitar uma virulenta campanha contrária por parte dos meios de comunicação social.

No entanto, interrogados pelo EXPRESSO os organizadores reconheceram os seus propósitos e fixaram a data definitiva para o dia 28.

Círculos ligados aos partidos políticos patrocinadores (sobretudo o Liberal, em cujas sedes se centralizou a execução dos preparativos burocráticos) afirmavam contar com o Presidente da República.

Na verdade, enquanto o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, durante a reunião de

quarta-feira, com os representantes partidários, se pronunciava contra a oportunidade da manifestação, o Chefe de Estado parecia aceitá-la. Como aceitava o convite para a tourada da Liga dos Combatentes, considerada por aqueles círculos um "teste" exemplar do ambiente para dois dias depois.

Após hesitações acerca da atitude final de Spínola, os organizadores terão decidido na noite de terça-feira ir diante nos seus planos, estão já parcialmente conhecidos pelas forças democráticas.

A tourada foi, em minúscula te em terreno particularmente afecto à Direita), um enjeço de confronto de posições, acentuado pelo embaixador e a intervenção da GNR. Já então o General Galvão de Melo tomou posição patenteira de apoio às forças direitistas. Forças essas que já no concurso Nipion, à tarde, tinham revelado o seu optimismo.

Entretanto, com a aproximação de sábado, sabia-se que o Ministério da Administração Interna remetters a questão da posição da manifestação para Conselho de Ministros, onde ela foi longamente discutida na sessão de quinta-feira.

Na véspera, aparece de forma patente a disposição dos organizadores de não parar, e a de vários partidos e organizações sindicais de obstar à sua realização (com relevo para os sindicatos com possibilidades de intervenção no domínio dos transportes colectivos).

Do Conselho de Ministros de sexta-feira, que dura até pouco depois das vinte e quatro horas, não sai proibição. Já então meios populares formavam barreiras pelo país fora. As duas últimas expressões de apoio à manifestação foram o depoimento de Galvão de Melo, e o Comunicado do Partido do Progresso. O primeiro, lido di-fusão pela EN foi interditamente representara uma tomada de posição oficial como membro da Junta que surpreendia, pelo inédito, os observadores políticos. O segundo, emanado já no começo da madrugada de sábado, era minimalista. Atacava frontalmente o PCP, e desafiava-o em termos de virulência quase certa. Viria apoiar o PP a uma manifestação de que se encontrara até então deliberadamente afastado. Correspondia, no fundo, à eufória reinante em sectores da Direita, que se encontravam seguros da realização da manifestação. Que, contudo, viria a ser proibida sábado, ao fim da manhã. Depois de uma longa noite de inequívoco significado político.

A conspiração que foi descoberta

Filme na acção da manifestação até muito tarde na madrugada de sábado, Spínola viria depois a ter de mudar de ostentação. Porquê?

As duas atitudes do poder constituído transparecem, claramente através das decisões que foram sendo tomadas durante aquela madrugada.

A primeira é visível no comunicado lido por Sanches Ostório, pelas duas horas, na EN (então reaberta depois de curto encerramento), tal como nas intervenções da GNR (sobretudo no Norte), ao desmantelar os piquetes populares.

A segunda atitude, iniciada com a detenção de personalidades políticas divergentes, continuaria através da acção preta de fiscalização de COPCON. E culminaria com a interdição expressa da manifestação.

E tudo ainda para se desmentar toda a trama do golpe da direita, cujos elementos referidos noutra local tal como foram divulgados por fontes oficiais e oficiais de crédito. Listas de cidadãos a afastar (com o recurso ao assassinato de Vasco Gonçalves e Melo Antunes, considerados duas das principais cabeças do MFA, e a detenção ou eliminação de políticos de esquerda), formação de um Governo Militar de direita, alteração do rumo da "descolonização" — estes alguns dos passos provectos da máquina mostrada.

Das elementos conhecidos, os observadores políticos inferem as seguintes conclusões:

a) que essa máquina envolveria apoio financeiro substancial, porventura até vindo dos mesmos grupos económicos que seriam citados por detrás da intenção de Lourenço Marques;

b) que ela disporia de milícia civil para a execução do golpe, e esperaria (o que não sucedeu)

apoio em certos sectores das forças militarizadas;

c) que os dois assassinatos referidos seriam fulcrais num plano deste tipo;

d) que a manifestação visaria cobrir de "legitimidade popular" o golpe.

e) que não seria posta em causa, aparentemente, pelos autores do golpe a posição do Chefe de Estado.

Sinais externos da conspiração foram as armas apreendidas e as redes de pessoas detidas, na sequência de investigação longa do COPCON.

Quanto às primeiras, não foram consideradas tão importantes as armas avulsas, que alguns entusiastas traziam nas viaturas, e os piquetes apreendidos, como as acondicionadas em depósitos previstos para esse efeito.

Porque falhou a compração, que se revelaria mais débil do que parecia de início?

De momento, apenas se podem alinhavar algumas pistas interpretativas:

a) Tudo parece indicar que a sua preparação foi lacunar, amadorística e encação, e intensa a sua publicidade, o que permitiu "fugas" de informação, fundamentais para as forças democráticas;

b) a aliança ou apoio de forças militares foi praticamente nula;

c) a intervenção em que deve ter sido induzido o General Spínola da conveniência de uma atitude enérgica do COPCON (que justificava a acção durante a segunda metade da madrugada de 28) parece ter sido também essencial;

d) a organização e acção coordenada dos piquetes populares mostraram a força efectiva do "contrôle" feito pelas massas sobre qualquer movimentação dos executivos do golpe, antecedendo os piquetes do COPCON.

O jogo de forças político

Verificou-se pois um confronto claro que os factos pareciam vir prenunciando nas últimas semanas. Um confronto em que a direita agiu em duas linhas: uma, aberta — a da manifestação; e outra, não aberta — a do golpe.

Um confronto que é o primeiro que se prevalece da força, cinco meses depois do 25 de Abril.

O balanço de acontecimentos como os que se passaram é sempre extremamente complexo, mas vai já sendo feito através das posições públicas de vários partidos e organizações cívicas.

Em primeiro lugar, tudo indica que a direita não só perdeu a jogada da vitória — manifestação e a nível — conquistação, como também comprometeu uma "face democrática" que alguns dos seus sectores poderiam querer apresentar nos próximos meses (ou anos?). A detenção e investigação alargada sobre uma série de personalidades e de executores, segue-se-á, inevitavelmente, um saneamento interno, e a proibição de partidos tidos por ligados ao "complexo".

Em segundo lugar, os factos revelaram apoios financeiros de direita, no futuro não isentos totalmente de reparações, de maior ou menor envergadura.

Depois, a actuação popular foi significativa, pela dimensão que atingiu e pelo dinamismo que demonstrou. Sendo no todo uma vitória da coligação governativa (ou seja da democracia contra a reacção), objectivamente reconhecer-se-á que sobressaíram em especial o Partido Comunista Português, o MDP/CDE (que sai reforçado deste período) e a Organização Sindical (que poderá buscar neste exemplo razões para uma expansão do seu papel político). As Forças Armadas, quando intervierem, fizeram-no de forma coesa, com relevo para o COPCON, entendido como esmaço do MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, para a pessoa de Otelo Saraiva de Carvalho.

Não é por acaso que o MFA reacutua a sua importância no quadro político português e Otelo de Carvalho serve de seu porta-voz.

O conhecimento, muito imperfeito embora, da agitada vida de bastidores nos últimos dois dias parece confirmar que foi a intervenção fundada em factos e profundidade do COPCON, que, conjuntamente com a função mediadora essencial de Costa Gomes, pôde ultrapassar um "impasse" dilemático. Resta a posição e o pensamento do General António de Spínola.

A posição do General é, neste momento, uma das incógnitas da situação política portuguesa. Embora, haja observadores que

pensam que não haverá substituições na Presidência da República.

O pensamento do General, se melhor a dialéctica constante desse pensamento com a realidade, é maníaca de tal maneira, que falar sobre ele sem todos os dados disponíveis seria adiantar passos demasiados ao escuro.

No todo, o saldo de uma derrota da direita só pode ser um avanço da esquerda. Saber os traços exactos desse avanço é, de momento, impossível. Haverá alterações na Junta de Salvação Nacional? E no Governo Provisório?

Arriscamos três-somente as seguintes previsões:

- não tocar na posição do Chefe de Estado é diferente de alterar posições de seus colaboradores.
- há na Junta de Salvação Nacional quem saia muito em cheque da presente conjuntura;
- o Primeiro-Ministro e o Governo em geral parecem sair reforçados, sem embargo de reajustamentos de poenemor.

Se é verdade que os efeitos da crise política Palma Carlos duraram cerca de dois meses, os efeitos da crise atravessada neste fim-de-semana (bem mais grave do que aquela) serão mais duradouros.

Duradouros que no plano do MFA, e do COPCON em particular, quer no da manutenção de coligação no poder, quer no presença activa do MDP/CDE, quer, finalmente, no de certas figuras saídas fortalecidas de um jogo político difícil, mas irreversível.

E agora?

Ninguém sabe ao certo tudo o que se passou nos salões e antecâmaras de Belém, na longuíssima madrugada de 25, desde a disposição inicial de Spínola, até ao desfecho final incógnito por parte do COPCON. Ninguém salvo os protagonistas. Para o léigo, ficam as suposições, os cálculos, as ligações lógicas entre os milímetros acontecimentos.

Uma coisa é, pelo menos certa. Para alguns observadores políticos, uma expressão pode cair em desuso com o 28 de Setembro. E essa expressão é "Spínolismo". Com tudo o que muitos lhe emprestaram de significado positivo (esperanças, ilusões e sonhos).

E isto mesmo que o Presidente da República continua a ser o General António de Spínola.

N.S.

A conspiração do fim-de-semana no triângulo Portugal-Angola-Moçambique

OS EPISÓDIOS de que o País começou a ser palco no fim da semana desenham-se num espaço geográfico mais vasto que a simples plataforma continental. Moçambique e Angola neles entram como partes integrantes de um processo político que se pretendeia revoltar.

Não deixa de ser sintomático que, segundo o testemunho de várias pessoas, os dirigentes viviseis dos acontecimentos que levaram à tomada do Rádio Clube pelo Movimento para a Libertação de Moçambique (MLM) houvessem declarado que a fase dítima da contra-revolução naquelas margens do Índico, deveria ser desencadeada no dia 18. Foram precipitados, no entanto, pelo facto de aqueles rapazes que andavam a partir montas, a anular jornais, a incendiar a sede dos Democratas, a estilhaçar e restituir a sede da Associação Académica (todos eles queriam molhar a sopa partindo-mas sem vídeo) terem chegado ao Rádio Clube e haverem entrado lá para dentro sem grandes dificuldades, apesar de estarem ali postados alguns "comandos" em guarda. Entraram também a partir e só depois se lembraram de o conquistar e começar a usar os microfones. Chamam, então, os dirigentes viviseis que parece não haverem gostado da brincadeira que não estava prevista para tão cedo. Mas aproveitam-na e entram no jogo começando a emitir comunicações sucessivas contra a FRELIMO. E começaram assim: "Moçambique, tudo para a rua. Não à FRELIMO. Não queremos cá a FRELIMO. Isto é uma cambada de traidores, uma cambada de assassinos". Estas frases são textuais e constam de gravações actualmente em arquivo.

Tentam envolver o general Spínola

Por outro lado, os cabocilhas visíveis da manifestação dirigiram-se, nesse sábado de Setembro, para o Palácio da Ponta Vermelha, onde se encontrava na altura o encarregado do Governo dr. Ferro Ribeiro e o secretário de Estado, dr. Mascarenhas Gaivão. Foi porta-voz inicial do grupo de agitadores o eng.º Luís Reis Costa, postoi para serem recebidos. Passado pouco tempo, conseguem parlamentar, fazendo de alfaiates o já célebre dr. Hugo Velez Grito, que, na sequência de afirmações já propagadas pela rádio, disse que se tratava de um movimento de massas, que a tropa em Moçambique já havia aderido à sua máxima força ao Movimento. Que em Portugal se ia verificar um golpe de Estado, que tinha o apoio do Presidente da República Portuguesa, cuja mensagem esperavam a todo o momento, mensagem essa que devia legitimar o acto que seria o princípio da invenção de marcha do actual processo de descolonização de Moçambique. Palavras não eram ditas, quando chega um telefonema do general Costa Gomes a dar ordens para que evacassem o Rádio Clube usando todos os meios mais convenientes. Desmente assim as afirmações do dr. Grito, ainda ali presente. Apesar disso, o Rádio só é reconquistado na tarde-feira, aliás sem dificuldade, por um grupo de paraquedistas sob o comando do capitão Braz, vindo especialmente do Norte para esse efeito.

O Jornal do Comércio

A solidariedade propagada pelo Rádio Clube, que, segundo as suas expressões, se estendia a todo o Portugal e ao mundo livre, era na realidade uma mentira que, no entanto, conseguiu enganar muita população que outro meio de informações não tinha ao seu alcance. É de notar, no entanto, que em Angola se solidarizou com esse movimento o "Jornal do Comércio", pertencente ao grupo de Anténio Champalimaud. Fê-lo em editorial assinado por Raposo de Magalhães. Nos meios políticos perguntava-se, entretanto, se tal fictício representava exclusivamente a opinião de Raposo de Magalhães se a do grupo proprietário do jornal.

Antenas em Lisboa

Todos estes episódios nos conduzem até Lisboa no sentido de sentirmos a necessidade absoluta da clarificação do comportamento de determinadas personalidades mais faladas em toda esta complexa meada.

Já há vários dias, se não meses, correm vozes de possíveis atitudes contra individualidades políticas de relevo. Segundo tais rumores, esses atentados teriam a finalidade de operar uma reviravolta na política nacional passando-a para a direita. Acontece que esses rumores, a que então não se deu importância, se mostram agora fundados como o prova o

caso da conspiração contra o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves. Segundo estes rumores, que iam engrossando de intensidade, o País estaria a caminhar a passos largos para a esquerda e só a eliminação física de um sem número de personalidades com influência de primeiro plano na governação, poderia inverter o processo, o que levaria fatalmente à paragem na descolonização. Falava-se, da pessoa do almirante Rosa Coutinho, como um das pessoas a fazer desaparecer da cena. Ora, nem mesmo, foram vários os telefonemas para a nossa Redacção a perguntarem-nos se Rosa Coutinho estava de saúde. Podemos informar, porque estivermos em contacto telefónico com o Palácio do Presidente da Junta Governativa de Angola, que o almirante Rosa Coutinho se encontra bem.

"Temos em força para Moçambique e as cotas não vão caminhar como pensam a FRELIMO e a esquerda portuguesa", diz-se, então, à boca cheia, quando ainda não haviam sido assinados os acordos de Lusaka.

Acontece que os acordos foram assinados e o processo é irreversível. No entanto, todos este emaranhado pode escancar perfeitamente em Moçambique. Lisboa, se atendermos ao dia 28; A descoordenação é evidente, como foi também evidente no actual golpe falhado, o que revela a intervenção de pessoas que em conspirações, actuam para já a nível amador. Desesperadas com a marcha da situação que lhes foge progressivamente das mãos, agremiadas e chegam a combinar permenores de morte em voz alta em locais públicos.

Sentido político e marcha para Angola

A conspiração de agora vivava, por conseguinte, derrubar as esquerdas e instaurar uma ordem de extremas-direitas ou de direitas coladas de um certo liberalismo que, no entanto, manteria os povos das colónias subjugados como até aqui. Sendo actualmente o processo moçambicano irreversível, resta na presente conjuntura, o caso de Angola, onde a situação objectiva é diferente de Moçambique, se presta a manobras subjectivas que podem entrar aquela terra no mais refinado dos neocolonialismos. A CIA, já fez o seu aparecimento. Encontra-se, em Lisboa, num dos grupos aqui chamado para confederar com o Presidente da República, uma individualidade que em Kinshasa esteve ligada à PIDE e à CIA, sendo ele de ligação entre aquela e esta. Desempenhou também o papel de perceptor de um filho de Mobutu, um dos políticos estrangeiros mais activos no processo de descolonização de Angola. Mobutu jogou fortemente durante o congresso do MPLA, para impedir a subida deste movimento. Destacou representantes seus para criar confusão no congresso, tentando atrair para a sua órbita. Daniel Chipenda. E até caso

curioso que, quando Chipenda divulgou haver sido eleito Presidente do MPLA, o que não era verdade se declarou imediatamente favorável à autodeterminação de Cabinda, velha aspiração de Mobutu. Note-se que a recessão de Cabinda do resto do território de Angola, sempre foi combatida pelo MPLA, onde possui bases militares que desencadeiam ataques constantes.

Toda esta soma de permenores nos leva a uma primeira conclusão: o golpe agora falhado estava intimamente ligado com a destruição da democracia em Portugal e igualmente com a manutenção do Ultramar em regime colonial. A tourada foi quinta-feira, a favor dos antigos combatentes, foi esse indicio. Na ocasião das melhores pegas ou faenas, ouvia-se gritar num sector bem definido politicamente "Portugal, Portugal, Ultramar, Ultramar", à mistura com vivas ao Presidente da República Spínola. Houve sempre a preocupação da parte dessa ala extremista de associar a pessoa do General Spínola às suas intenções.



Milhares de populares desfilaram, sábado, pelas ruas de Lisboa, contra a reacção que tentou instalar-se no Poder

Os partidos políticos pronunciam-se

OS PARTIDOS políticos desenvolveram intensa actividade nestes dias traduzida pelos inúmeros comunicados de que apresentamos uma síntese.

O comportamento de certas personalidades

Para o Partido Comunista Português "impõe-se com grande decisão e firmeza levar a cabo novas medidas efectivas e urgentes de saneamento do aparelho do Estado. O comportamento de certas personalidades exige que não sejam proteladas por mais tempo decisões corajosas. Urge por outro lado, apurar com todo o vigor a responsabilidade dos organizadores da conspiração contra-revolucionária para não poderem lesar e comprometer os direitos e liberdades alcançadas. A derrota da tentativa contra-revolucionária da falsa "maioria silenciosa" desarticulou por agora os esforços da reacção, mas seria illusório pensar que os conspiradores fascistas se vão dar por vencidos e que não voltarão a atentar contra o MFA, o Governo Provisório e de uma forma geral contra o processo de democratização e descolonização. A vitória do povo e do MFA tem agora de traduzir-se em medidas efectivas que desencorajem e depois impeçam novas aventuras dos conspiradores reacccionários que visam, como se viu, com meridiana clareza abrir o caminho à contra-revolução e ao regresso do fascismo. "Salienta no comunicado o PCP a acção do Povo português no "controlo" das estradas em cooperação com as forças militares que cortou o passo à marcha sobre Lisboa e deu o por terra o plano de uma grande manifestação reacccionária e provocatória que seria o ponto de partida de um golpe que liquidasse as liberdades e instaurasse uma nova ditadura".

Calma vigilância

O Partido Popular Democrático "pede insistentemente a todo o Povo português que se mantenha calmo, embora vigilante para que os caminhos da democracia abertos com o 25 de Abril não possam voltar a ser fechados. É importante que nesta hora difícil se mantenha bem alto o valor da liberdade e a confiança nas instituições democráticas pluralistas, não permitindo que sejam restaurados esquemas políticos fascistas, nem que se constatem quaisquer excessos que façam perigar a via democrática escolhida pelo MFA no dia 25 de Abril. O PPD espera que, agora, renovadamente se progrida na realização de uma democracia livre e pluralista em Portugal, assente no voto do povo expresso em eleições e apela para todos os seus filiados e simpatizantes para que mais uma vez generosamente cooperem com as forças armadas no restabelecimento da tranquilidade pública".

A classe trabalhadora deve dirigir a acção contra os reacccionários

Para o Partido Socialista "a acção contra os reacccionários tem que ser dirigida pela classe trabalhadora como vanguarda verdadeiramente progressista, e pelos seus partidos políticos pois só desta forma o processo democrático, iniciado em 25 de Abril, poderá atingir os objectivos assinalados no

programa do MFA, em particular os que apontam para uma acção decisiva contra o grande capital monopolista.

A Comissão Política do PS regeja-se com a capacidade de resposta demonstrada pela acção conjunta do MFA e das forças populares aos perigos provocados pela tentativa de conspiração reacccionária" e acrescenta: "vencida no plano militar, a crise está a desenhar-se também no plano político para uma solução que assegure e acelere o processo de democratização iniciado em 25 de Abril".

A crise foi possível por falta de medidas antimonopolistas

Para o Movimento de Esquerda Socialista "Se a benevolência do poder e a sua cumplicidade com algumas das camadas mais reacccionárias facilitaram a eclosão da tentativa de golpe autoritário, é preciso afirmar com força que esta crise só foi possível porque não se tomou nenhuma das medidas antimonopolistas previstas no programa do MFA, porque o saneamento quer nas empresas, quer no Estado, quer nas Forças Armadas não foi levado até às últimas consequências e foi, até em muitos casos, travado, por que se manteve e sob certos aspectos se reforçou a hegemonia económica do capital financeiro porque o capitalismo permaneceu intacto e criou rapidamente condições que

Ihe permitiram utilizar o MFA como seu instrumento. Porque enfim, os trabalhadores e as massas populares foram sistematicamente desmobilizadas, pois se submeteram a manifestação da sua força em todos os locais'.

Vitória dos trabalhadores

Para o Partido Revolucionário do Proletariado "a sequência de actos vários que tendiam a um restabelecimento do fascismo, culminou no dia 26 de Setembro com a derrota política infligida por uma grandiosa manifestação antifascista que desfilou em Lisboa com cerca de 40 000 pessoas. A população que estava nas ruas aderiu a esta manifestação e juntou-se em massa aos antifascistas que desfilavam. Pela primeira vez uma manifestação foi simultaneamente convocada e organizada pelas Comissões de Trabalhadores em Luta e pelas Organizações Revolucionárias. Mas foram os trabalhadores e as

suas Comissões que saíram à frente da grande manifestação antifascista: TAP, Lisnave, CTT, Efacec, Standard Eléctica, etc. ... Hoje o reformismo aprendeu que os trabalhadores e os revolucionários não são grupelhos e que é na rua que se faz a política antifascista".

Perigos espreitam a democracia

Fontes ligadas ao CDS (Partido do Centro Democrático-Social) sublinharam a necessidade de chamar a atenção do povo português para os perigos que espreitam a democracia. Acrescentam as mesmas fontes que a autoridade do linado não pode ser posta em causa, impondo-se uma cuidadosa vigilância, por parte do País, dos órgãos da soberania e do Movimento das Forças Armadas para que essa autoridade não seja atingida nem se debilite. As Forças Armadas são na hora que passa os garantes e intérpretes autênticos da nova ordem revolucionária".

Expresso

74-09-28

4

GONÇALVES, Vasco

Vasco Gonçalves:

Reforçada a união do povo com o MFA e as Forças Armadas

O PRIMEIRO-MINISTRO Vasco Gonçalves apareceu nos "ecrãs" da Televisão ao fim da noite de ontem, dirigindo-se ao País visivelmente emocionado, em consequência dos acontecimentos dos últimos dias. Verberou, com pala-

vas duras, a actividade conspiratória dos reaccionários que tentaram entrar a marcha da democracia, agindo sob uma população despolitizada através de mentiras e "alagans" propositadamente escolhidos. Disse, entre

outras coisas, o primeiro-ministro: "Não acabámos de viver um primeiro estágio em forma de reacção contra o Movimento de 25 de Abril, em moldes que podemos dizer já clássicos, porque usados pela reacção em todas as partes do

Mundo. Esses moldes consistem em se aproveitarem da im-preparação política das pessoas, dos motivos de interesse nacional que calam fundo no coração das populações e, em particular, utilizarem emotividade desencadeada

por esses "slogans" no sentido de dar a aparência de um grande apoio popular aos desígnios mascarados daqueles que estão interessados precisamente em prejudicar essas massas populares. Nós tivemos o exemplo recente em Moçambique, em Lourenço Marques, onde uma minoria de bandidoleiros arrastou muita gente honrada, muitos portugueses honrados em Moçambique, na emotividade que crios nos apelos à bandeira nacional. Quer dizer: servem-se dos motivos mais caros aos patriotas para procurarem obter, assegurar a oposição aos processos históricos e aos verdadeiros interesses nacionais. Nós sabemos os milíes de contos que custou essa rebelião de Lourenço Marques, detenas e detenas de feridos. Sabemos da parte da população que foi motivada, que foi enganada por essa gente. Aquelas que menos estão interessados na prática e no desenvolvimento nacional são os que neste momento mais apelaem para essa mesma pátria e para esse mesmo desenvolvimento nacional."

Acrescentou o primeiro-ministro que tal sistema de propaganda pode facilmente produzir os seus efeitos num país como o nosso, sujeito durante 48 anos, a uma campanha de embrutecimento. "Em particular o povo do campo é tão pouco esclarecido que acredita nessa propaganda insidiosa contra o Movimento das Forças Armadas, caluniando-nos e atacando-nos de objectivos que nunca tivemos. Chegam a dizer que queremos roubar as casas onde os pobres vi-

vem. Agitam os mesmos papéis que agitava o fascismo..."

"Esta vez com uma larga cópia de meios, continua Vasco Gonçalves, à mistura com armamento, muito dinheiro, etc., a reacção menos uma manifestação desse tipo. Nós estávamos ao par do que se ia passando, por meio dos nossos serviços de informação militar, bem como pela larga ajuda da imprensa e da parte da população mais vigilantes dos partidos políticos, criando assim a unidade que é condição essencial para a consolidação de desenvolvimento da democracia, em Portugal, para que o programa do MFA possa ser posto em prática sem ambiguidades. A unidade do MFA, com o povo saiu reforçada desta prova porque acabamos de passar."

Referiu-se, depois, o primeiro-ministro aos esforços feitos pelo MFA para que fosse minorizada essa manifestação, bem como ao trabalho das forças democráticas vigilantes que tudo fizeram para a impedir e "fizeram-no, sublinhou Vasco Gonçalves, sem utilizarem meios violentos. É necessário que todo o País o saiba. Foi através da persuasão, dum vigilância verdadeiramente democrática que se travou o passo à reacção. Não foi através de homens armados, de tiros, sem de mocaças, que foram descobertas as armas nos carros que vinham a caminho de Lisboa. A população consciente do que se estava passando, aceitou também de bom grado essa vigilância, no sentido de que a manifestação tal como estava

preparada, não levasse à confrontação, a tiros, à violência, que obrigasse à intervenção das Forças Armadas ou das forças de segurança e que prejudicasse assim a unidade do Povo e das Forças Armadas. É claro que na sequência destes acontecimentos se desenvolveria uma crise que está ultrapassada e da qual saiu mais reforçado a união entre o MFA e as forças democráticas e todos os que estão sinceramente empenhados em levar o País em paz, em tranquilidade, sem tiros, para os caminhos do futuro, para os caminhos da garantia da liberdade cívica, do progresso social, do progresso económico em que estamos empenhados já muito antes do 25 de Abril."

Vasco Gonçalves acentuou, por mais de uma vez, que todos os esforços foram feitos para evitar tiros entre os portugueses e que o MFA não permitiria, de forma alguma, que a paz seja perturbada por manobras aventureiristas de reacçãoários que pretendem criar a confusão entre o Povo, desunindo-o das Forças Armadas, a fim de se aproveitar para depois o oprimirem.

Terminou fazendo um apelo à produtividade e recomendou a todos os portugueses, para darem exemplo, trabalharem no próximo Domingo que será assim um dia de trabalho nacional, para comemorar a vitória agora alcançada contra as forças da reacção, garantindo que o Programa do MFA "será cumprido contra tudo e contra todos".



Galvão de Melo: “Não presto como empregado”

O GENERAL Galvão de Melo dirigia-se cerca das 22 horas de ontem ao Hotel Sheraton, para tomar parte no jantar de distribuição de prémios do Concurso Hípico Internacional de Lisboa, conforme noticiámos noutra local.

Mais tarde, após o jantar, Galvão de Melo tentou sair daquele hotel, tendo sido impedido de o fazer pela população que se aglomerara entretanto no largo fronteiriço. Pouco tempo depois chegou ao local uma força do COPCON que se supõe destinar-se a proteger a saída daquele oficial.

A Embaixada Nacional chegou a noticiar entretanto que esta mesma força militar teria procedido à prisão de Galvão de Melo, conduzindo-o sob escolta para o Forte do Aho do Duque. Tal notícia foi pouco depois desmentida.

A hora em que encerramos esta edição, a situação mantém-se.

Ao entrar no Hotel Sheraton, Galvão de Melo prestou ao EXPRESSO as declarações que a seguir reproduzimos:

— Fui despedido, diz Galvão de Melo. Não presto como empregado.

Ontem expliquei a inutilidade de haver uma Junta ainda e hoje podia recolher-me atrás dessa afirmação, mas não o faço.

O MFA continua meu amigo, fortemente meu amigo, mas penso que eu não devia continuar a ocupar o meu cargo.

EXPRESSO — Que vai fazer agora o senhor General?

G. M. — Vou jantar. Estou cheio de fome. Retiro-me inteiramente da política. Amanhã vou montar a cavalo.

Peco para voltar à reserva outra vez.

EXPRESSO — Pensa ter um papel político no futuro?

G. M. — Não. Já estou um bocadinho farto.

EXPRESSO — Que pensa dos acontecimentos desde h.-feira à noite?

G. M. — Muito menos graves do que eu supus quando os vi unicamente do exterior. Hoje discutimos, à mesa do Conselho de Estado, com o MFA e eu até concordei com eles.

Dirigentes do Partido Liberal provocam cerco ao "Sheraton"

A MEIO da tarde de ontem, forças do COPCON cercaram o Hotel Sheraton, procurando dois indivíduos cuja saída precipitada e sem pagar, arrendida das circunstâncias estranhas que rodearam os 3 dias da sua permanência, alertaram a atenção dos empregados daquele estabelecimento.

Estes pressionaram o director para avisar as forças da ordem. A PSP aconselhou a comunicar os factos ao COPCON que compareceu em força cercando o hotel e passando buscas aos andares 25. e técnico e ao restaurante Panorama, nada de especial encontrando. Retiraram-se levando os nomes e moradas dos indivíduos cuja conduta motivou a espectacular operação.

Os factos

No dia 27, o arquitecto Almeida Araújo e o tenente-coronel António Figueiredo alugaram duas «suites», das mais caras do hotel (1950/20) diárias só com pequeno-almoço (incluído) tendo como bagagem duas pesadíssimas malas que, segundo nos informaram, tiveram que entrar pela garagem, tal era o seu peso.

Durante a sua permanência, em que foram visitados por vários indivíduos, nunca as «suites» foram limpas, visto que o pessoal recebera ordem nesse sentido.

Ontem à noite ou esta manhã, aqueles 2 hóspedes abandonaram o hotel deixando as duas malas vazias e não pagando a conta.

Que não se trata de vulgares vigarristas de hotel é um facto. Almeida Araújo é um conhecido arquitecto

que viveu 25 anos no estrangeiro, e está ligado, à alta finança, pelos vários casamentos que teve, pelo seu trabalho e pelos seus amigos: Vila Lara, no Algarve, a casa do banqueiro Jorge de Brito e o Banco BIP são alguns dos seus trabalhos mais conhecidos.

O tenente-coronel piloto aviador António Figueiredo era um dos maiores accionistas da Companhia Insulana de Navegação e foi ele o promotor da sua venda à Sociedade Financiera. Ambos pertenciam ao directório do Partido Liberal. A saída do Sheraton sem pagar a conta, o facto de não quererem que ninguém entrasse nos seus aposentos e as suas malas pesadíssimas que apareceram vazias, levaram-nos a crer que ambos os indivíduos estariam de um ou de outro modo ligados ao «complot» de extrema-direita de que damos nota no outro local. Entretanto, ambas as «suestificas» imediatamente por baixo do restaurante Panorama onde ontem à noite se realizou um jantar da Sociedade Hípica Portuguesa para atribuição dos prémios do Concurso Hípico de Lisboa. Esse jantar deveria ser presidido pelo General António de Spínola e estava prevista a presença de vários ministros e oficiais das forças armadas entre os quais Galvão de Melo.

A sala estava decorada com flores. Mas de cravos nem o cheiro.

Segundo o florista e o pessoal do hotel, por expressa indicação de alguém da Sociedade Hípica.

De acordo com a decoradora, porque cravos vermelhos não ligavam bem com os tons da sala.

Tivoli: CIA envolvida

Depois do Hotel Sheraton, o Hotel Tivoli também serviu de cenário a acontecimentos ligados ao processo em curso que tem por fim a captura de elementos reaccionários com responsabilidades nos últimos acontecimentos.

Efectivamente, pelas 17 horas e 40 minutos de ontem, elementos das Forças Armadas chegaram ao Hotel Tivoli com a missão de capturar Garcia Beneditte Hernandez, de nacionalidade chilena e Lino Alves de Oliveira Pinto, natural de Luanda. Destes dois indivíduos, só o segundo constava no registo de entradas do hotel.

Pelas 19 horas e 5 minutos, um outro grupo das Forças Armadas chegou ao Hotel à procura dos oficiais que já se encontravam.

Poucos momentos depois, esse grupo abandonava o Hotel não sem dizer: «Os nossos colegas já se foram embora após terem detido elementos da CIA... Visto que ninguém no Hotel se tinha apercebido da saída do MFA com os eventuais detidos da CIA, pensou-se que a saída se teria efectuado pelas traseiras. Os porteiros das portas que dão para as traseiras, depois de interrogados, declararam não ter visto a saída do MFA com elementos captivos».

SANTOS, Almeida

Almeida Santos: Movimentos de Libertação de Angola serão ouvidos um a um

"A AUSÊNCIA de elementos representativos de qualquer dos Movimentos de Libertação de Angola — afirmou ontem ao EXPRESSO, o dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial — O M.P.L.A., a UNITA, ou o F.N.L.A., nas conversações que o General Spínola começou ontem com elementos de Angola, apenas significa que, desta vez, não houve o propósito de dialogar com eles.

Embora se possa dizer que está em marcha todo um processo no sentido desse diálogo ser travado. Por agora houve a preocupação de ouvir elementos que não estejam em armas, e que sejam dignos representantes da opinião pública de Angola, independente de estarem ou não agrupados em associações de natureza política.

Os Movimentos de Libertação serão ouvidos um por um, e será assim, porque não foi possível conseguir-se uma Frente Unida, o que seria uma solução mais feliz.

No entanto, devo esclarecer que a estas conversas que o Governo Português levará a cabo com personalidades do M.P.L.A., da UNITA ou da F.N.L.A. estarão também presentes três elementos das forças vivas não combatentes de Angola, escolhidos entre todos os que neste momento nos visitam.

"Quanto a estes elementos, acrescentou Almeida Santos, são pessoas muito villosas e realistas, com uma ideia muito profunda dos problemas angolanos, e tanto mais úteis quanto são pessoas de Angola e, por isso mesmo, ao corrente do que ali se passa, e a falar em directo em nome de toda uma população. Tudo o que posso dizer sobre o encontro de ontem, é apenas que ele foi um encontro muito justificada."

Ainda sobre a reunião que o General Spínola teve ontem durante o dia, no Ministério da Coordenação Interterritorial, com as chamadas "forças vivas" de

Angola, que a seu convite pessoal, se deslocaram propostivamente à Metrópole, e na qual estava acompanhado pelos ministros Firmino Miguel e Almeida Santos, diz-nos este último:

"É prematuro fazer algum balanço ou tentar resumir o que se passou ao longo desta primeira reunião de trabalho. O Presidente da República começou por definir as linhas políticas que pensa seguir no processo da descolonização de Angola. Seguiu-se uma fase de apreciação de discursos de base e análise geral da situação, não havendo assim mais nada de concreto a assinalar."

Acerca dos critérios que presidem à descolonização de Angola (sendo em consideração, que os mesmos não foram seguidos quer em relação à Guiné, quer a Moçambique), disse-nos Almeida Santos:

"O simples facto do General Spínola ter assinado os acordos de Lusaka e de Alger, significa necessariamente a sua concordância com eles. Não se vai imaginar que as negociações de Alger e Lusaka dessemobiam os seus contactos à revelia do conhecimento e vontade do sr.

Presidente da República. Não significa isto, que esses acordos expressem genuinamente o que teria coincido com os melhores desejos do sr. Presidente da República ou dos negociadores, entre os quais me conto. Ninguém desconhece, no entanto, que eram diversas as situações de facto, que se nos deparavam na Guiné-Bissau e em Moçambique, e se nos depararam em Angola e demais territórios.

"Nos dois primeiros, estávamos perante Movimentos de Libertação praticamente únicos, fortemente moralizados, de representatividade bastante acentuada e que haviam sido reconhecidos pela ONU e OUA, como os legítimos representantes e interlocutores dos respectivos povos. Em relação à

Guiné-Bissau, existia inclusivamente uma República reconhecida por cerca de cem países, quando nós a reconhecemos como Estado.

"Para além disto, encontrávamo-nos perante uma situação militar de que seria irrealista desconhecer as perspectivas, pelo que que não estávamos em condições de cogitar nos acordos mais desejáveis, mas apenas nos melhores entre os possíveis.

"Foi isto que se conseguiu: os acordos que consideramos os melhores na circunstância de cada caso. Quem critica estes acordos, tem naturalmente tendência para sobrevalorizar os seus defeitos, e para esquecer as suas virtudes, começando por ideologia ou derrotismo, por não acreditar nessas virtudes. Para já, na Guiné-Bissau, o erário público está em condições de poupar cerca de nove milhões de contos por ano. Em breve isto poderá acontecer em Moçambique.

Quem lê os jornais diários, há-de ter verificado o acolhimento espectacular da delegação portuguesa na ONU e a possibilidade que agora temos de contar com uma amizade e cooperação de que a breve trecho poderemos sentir as vantagens. Tudo isto, queira-se ou não se queira, não desde já vantagens positivas e palpáveis dos acordos de Alger e Lusaka.

Quanto a Angola, a situação económica é sólida, a situação militar controlada e não existe um, mas vários Movimentos de Libertação, o que, por um lado, dificulta um processo negociado, e, por outro, permite ao Governo Português encasar a descolonização de Angola, sem desvio da linha política inicialmente traçada, ou seja, a de uma consulta directa às populações numa base de liberdade e de igualdade de expressão da respectiva vontade por forma a que sejam elas a decidir escolher o que desejam."

E Almeida Santos, acrescentou :
 "Acontece ainda que temos em Angola, uma presença étnica muito representativa e muito forte, o que recomenda as maiores cautelas no desenho do esquema que há-de conduzir ao futuro, sem perder de vista a intrínseca defesa dos interesses da etnia branca. Tudo isto permitiu, e justificou que o Presidente da República, tivesse chamado a si a enorme responsabilidade de conduzir o processo de descolonização de Angola.

Penso que a população de Moçambique, porventura não afecta à Frelimo, não poderá deixar de compreender que, dada a diversidade de condições que caracterizei há pouco, o termos reconhecido à Frelimo uma legitimidade de base revolucionária representativa, nas circunstâncias do caso, realismo político sem incoerência, visto que outra não é a fonte da legitimidade do próprio regime político instaurado em Portugal, depois do 25 de Abril.

Tomar em conta, nas circunstâncias em que tivemos de negociar, a vontade dos grupos políticos minoritários que se desenhavam após o 25 de Abril, seria um propósito condenado "abi initio", pelo frontal desacordo da Frelimo, pelo que teria o preço da continuação da guerra, com todas as suas desastrosas consequências.

Deste modo, preferiu-se o acordo, à continuação do conflito armado, a meu ver, e sem dúvida, ao próprio interesse dos referidos grupos minoritários. Os fantasmas que se adensavam sobre o espírito das maiorias reaccionárias moçambicanas começam a desvanecerem-se. A Frelimo, não se tem mostrado, perante a alegria de muitos e a decepção de apenas alguns, o feio inimigo do branco, que a propaganda extremista fazia crer. Estou convencido de que o acordo de Lusaka em breve encontrará a sua melhor justificação na evolução dos acontecimentos.

Lisnave: situação quase normal

ESTÁ PREVISTA para a próxima semana, na LISNAVE, a realização de uma assembleia de trabalhadores para definição da linha de actuação a seguir e que visa, acima de tudo e pelo que nos foi confirmado, o saneamento de um administrador e de 3 funcionários superiores da empresa.

A situação nos estaleiros é, entretanto, perfeitamente tranquila, aguardando-se as decisões que vierem a ser tomadas na referida assembleia de trabalhadores, que funciona agora como órgão último de decisão.

Soubemos que já depois da manifestação que, no dia 12, congregou milhares de efectivos e manifestaram-se junto do Ministério do Trabalho, teve lugar uma assembleia com cerca de 600 trabalhadores, durante a qual foram feitas várias propostas de actuação, entre as quais se incluíam uma para se iniciar a greve de zelo, que foi rejeitada.

Nun manifesto dos trabalhadores à população, afirma-se que «a nova luta pelo saneamento não é uma luta secundária, é uma luta principal, porque a englobamos num combate permanente e sempre vivo contra todas as tentativas e manifestações do fascismo, que renasce constantemente da podridão do capitalismo monopolista.»

Este o ponto principal da posição dos trabalhadores, entre quem se generalizou a convicção de que o actual administrador delegado da Lisnave, eng. Perestrelo, é incapaz de trabalhar nos moldes que a situação resultante do 25 de Abril requer. A falta de flexibilidade do seu administrador estará na base de todo o mal-estar que afecta o pessoal a todos os níveis, com o conseqüente reflexo sobre o rendimento do trabalho.

Em troca de impressões com elementos da empresa, recolhemos a afirmação de que «não se vai descansar enquanto não se conseguir o saneamento dos elementos que impedem uma verdadeira abertura no trabalho, nem se esperará pela prometida lei que regulará o saneamento de escúbeis superiores nas empresas privadas. Essa lei foi-nos prometida aqui mesmo, no dia 12, quando saímos com a manifestação para o Ministério do Trabalho. Mas enquanto vem, se é que efectivamente virá, trabalharemos por nossa conta.»

Ainda acerca da manifestação daquele dia, que os trabalhadores consideram como assinalável vitória, os mesmos trabalhadores referiram: «O fundamento da deslocação era, inicialmente, aliviar uma vez mais o nosso desejo de ver saneados os elementos comprometidos em despedimentos de trabalhadores e denúncias à repressão, principalmente aquando da greve de 1969. Depois, houve um certo aproveitamento de grupos políticos para encaminhar o protesto na direcção da nova lei da greve e do «lock-out». Fomos com eles porque as suas razões eram também as nossas.»

Saneamento nas empresas privadas: decreto quase pronto

Encontra-se em fase adiantada de elaboração o projecto de decreto-lei que regulamenta o saneamento nas empresas privadas. Este diploma, que vem complementar as operações de saneamento em curso na Administração Pública, visaria estabelecer um critério normalizado em substituição às medidas avulsas de saneamento debatidas ou pendentes em várias empresas privadas.

Quanto às grandes linhas que poderão inspirar o novo diploma legal, uma delas seria a da não justificação da greve e do "lock-out" durante o período de saneamento, salvo em casos excepcionais.

Por outro lado, o prazo de propositura da acção de saneamento deverá ser muito curto. Deverá julgar a acção uma comissão imparcial, com representantes labora e patronal, presidida por uma juiz de direito, e, eventualmente, aconsorada pelo delegado do Ministério do Trabalho.

Da decisão da Comissão caberá recurso.

Este decreto-lei, surgido em período transitório, terá por

consequente uma vigência limitada no tempo, possivelmente até Março de 1975.

Tal como sucede com a Administração Pública, embora com menor extensão, as causas do saneamento nas empresas privadas deverão ser, fundamentalmente, de dois tipos:

— atitudes antidemocráticas depois do 25 de Abril;

— falta de idoneidade moral dos saneados.

A atitude antidemocrática revela-se, por exemplo, na inobservância reiterada das normas reguladoras da contratação colectiva de trabalho, ou consagração de direitos dos trabalhadores.

Quanto à falta de idoneidade moral, ela deverá manifestar-se no local de trabalho.

Além destas duas causas, é aventável a hipótese de o diploma poder prever ou não o saneamento por motivo de incompetência profissional, designadamente expressa no desrespeito de condições mínimas de segurança de trabalho e da situação do trabalhador em geral.

Criação de uma nova polícia cívica

A FUSÃO da Polícia de Segurança Pública com a Guarda Nacional Republicana, no âmbito mais vasto de uma força militarizada dependente das Forças Armadas encontra-se em estudo num grupo de trabalho promovido por iniciativa do General Costa Gomes, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Logo a seguir ao 25 de Abril, a Guarda Nacional Republicana foi retirada do Ministério da Administração Interna, antigo Ministério do Interior para passar para o "controlê" das Forças Armadas. Posteriormente, idêntica evolução se desenhou relativamente à Polícia de Segurança Pública.

O Ministério da Administração Interna não dispõe pois na actualidade, de qualquer intervenção na orientação das forças militarizadas.

Uma nova Polícia Cívica

Entretanto, foi apresentado ao Conselho de Ministros o programa de acção do Ministério da Administração Interna, que prevê a formação de uma nova polícia cívica, integrando sectores reconvertidos da PSP, bem como as corporações de bombeiros.

Assim, o director-geral da Administração Interna já recebeu representantes destas corporações, pensando-se que nessa conversa terá sido focada a hipótese acima descrita.

A favor de tudo e de todos

A DIREITA tentou e falhou. Falhou e foi desmascarada, vexada e punida. Quem não tivesse acreditado nos avisos tantas vezes feitos contra a reacção, os seus planos e a sua força verificou que não foram inúteis as precauções tomadas, desde 25 de Abril, no que respeita à intensificação da luta antifascista.

A reacção começou a organizar-se na própria madrugada de 26 de Abril. Muitos dos que perderam o poder político em diversos níveis ou que viram perigar o domínio económico que até aí detinham não se conformaram com o novo regime e logo principiaram a conspirar. A conspiração que estava preparada teria como desfecho o regresso de Portugal a um regime antidemocrático. Restabelecer-se-ia então um fascismo porventura disfarçado, regressariam a censura, a Pide, os privilégios, reacentuar-se-ia a diferença entre os muito ricos e os outros.

O problema foi resolvido. Não se conhecem ainda todos os pormenores acerca do que se passou nos bastidores, durante os quase dois dias em que o país esteve desprovido de informação. Sabe-se, no entanto, que se obteve uma solução de compromisso que aumenta o peso político da Comissão Coordenadora do MFA e dos membros do Governo a ela ligados, bem como o do COPCON.

Simultaneamente, desce a cotação de Belém, enquanto se encontra cada vez mais alta a da Cova da Moura.

Por outro lado, constata-se que, para solucionar a questão sem tiros, o poder militar necessitou da ajuda das forças populares. Se estas não tivessem actuado prontamente na noite de sexta para sábado, que teria sucedido? A capacidade de resposta dos elementos civis foi tão rápida e incisiva que a sua intervenção na cena política terá finalmente de passar a ser considerada com a importância que demonstraram ter.

A interrogação que se levanta agora respeita ao futuro próximo. Até que ponto o «dossier» reacção está encerrado? Que se vai fazer para distinguir entre os verdadeiros culpados e os que apenas são apontados como tal? Até que ponto se irá prosseguir a pesquisa (ver na pág. 1 «A conspiração do fim-de-semana no triângulo Portugal-Angola-Mocambique)?

Num outro plano, surge a necessidade de garantir o cumprimento integral do Programa do MFA. O brigadeiro Vasco Gonçalves frisou insistentemente, na sua aparição de ontem à noite na televisão, que o Programa será cumprido «contra tudo e contra todos». Manter-se fiel ao Programa significa, antes de mais, criar as condições de paz social que permitam aos portugueses chegar às eleições de Março devidamente esclarecidos, e habilitados a votar sem coacções no partido que livremente escolham. A paz social só se obterá quando a liberdade não é apenas formal, ou seja, quando cada pessoa puder gozar e exercer a sua liberdade com respeito, mas sem receio, da liberdade dos outros. A paz social só existirá quando houver confiança por parte dos cidadãos nos rumos (não apenas de ordem política, mas também económica) traçados por quem os governa.

A revolução portuguesa tem, nos seus cinco meses de vida, enfrentado obstáculos de vária ordem. Chegou agora a um momento decisivo: ou conseguimos andar para a frente, ou cairemos nos desvios e atrasos que provocarão a confusão interna e o descrédito externo.

Hoje, mais do que nunca, temos de mostrar o que queremos e do que somos capazes. Hoje, mais do que nunca, temos de demonstrar que o Programa do MFA não precisa ser cumprido contra tudo e contra todos. Pode e deve ser aplicado a favor de tudo e de todos.

Carvalho, José

Contra os despedimentos e pela criação de novos empregos

REFLECTIR COM: PORQUE esta nova coluna?

Para além duma informação, pretende-se formar os leitores sobre problemas actuais da economia portuguesa. Poderíamos alongar-nos sobre a necessidade dessa "informação-formação" válida, mas a própria realidade da nossa conjuntura económica actual dispensa quaisquer outros comentários.

RESSALVADOS os casos dos quadros e de uma franja relativamente reduzida de trabalhadores qualificados, para a maioria dos portugueses as perspectivas do mercado de trabalho, criadas a

sombra do "clima de confiança" empresarial durante tantos anos ruínas, nunca foram alíciantes. E a prova está no fardo maciço a que se vem assistindo há mais de uma década de anos.

EXPRESSO



Um passado que ainda terá futuro

Sanguado por custalosa emigração, Portugal é o único país naípe que tem visto diminuir a população. Paralelamente é notório o declínio da sua força de trabalho. Entre 1960 e 1970, não fora a emigração e o incremento do Contingente militar, a população activa teria aumentado de 550 mil unidades. Na realidade, decresceu fe quase 200 mil, apesar do consistente aumento da taxa global da participação feminina na população activa, de 13% para 19%. E nos anos mais recentes a hemorragia tem prosseguido sem que os responsáveis pelo sistema se preocupassem em estancá-la. Bem pelo contrário. Segundo dados oficiais, nos últimos três anos e meio, o número de emigrantes atingiu 420 mil, o que significa, necessariamente, a continuação da tendência observada na década passada. Os despedimentos quando os houve foram sempre determinados pelos interesses da França ou da Alemanha. Nunca por melhorias internas.

Por outro lado, não são já os campos que predominantemente recebem população activa para além fronteiras, mas, cada vez mais, as próprias actividades secundárias e terciárias. Em 1973 os emigrantes provenientes da agricultura terão sido uns escassos 15% contra 34% vindos do

secundário. Mau grado as bem conhecidas reservas que legitimamente se podem fazer a esse tipo de estatísticas, a linha evolutiva que elas denunciam não poderá ser posta em dúvida.

E, assim, perfeitamente claro que o já referido clima de confiança empresarial terá tido todas as virtudes, menos a de manter sempre o nível de emprego, quando não alargá-lo de harmonia com o crescimento natural da população activa. Certo, como é que não se poderá levar ao plano do volume adicional de empregos criados, será possível invocar em seu benefício profundas alterações qualitativas? E que a contração operada na força de trabalho poderia ter sido eficazmente aproveitada para generalizar estruturas postas em pontos de trabalho rotas e bem remuneradas, ao longo de oscilações conjunturais e grantidos na perspectiva de água e crescente fonte de rendimento para os trabalhadores? Em tais circunstâncias, o capitalismo português teve interesse em ser na sua esfera de dominação única. Também nesse plano surgem as reservas, pois que, pese embora aos importantes avanços qualitativos verificadas na estrutura do emprego, continuamos viver nesse domínio situações de aterável carência. Admitir

claramente o progresso havido é recolher uma evidência incontroversa. Mas comprazer-se neste, esquecendo ou minimizando o seu limitado impacto, seria mostrar uma grosseira indiferença perante a sorte de vastos estratos das classes trabalhadoras sujeitas a condições que ninguém de bom senso poderá defender, mesmo como mal menor.

A emigração abriu o caminho para reivindicações que permitiram quebrar o jugo que durante tantos anos manteve os salários reais estáveis ou em reduzidíssima progressão. Também aumentou, ainda que modestamente, o número de empregos melhores remunerados e de mais segura base económica, assistindo-se ao dramático declínio da população activa agrícola e mais recentemente, de ocupações marginais em actividades industriais e terciárias. Mas, ao contrário do que tantas vezes se ouve dizer, desse processo não resultou nem uma alta de salários reais mais pronunciada do que a que se tem verificado nos outros países europeus; nem a eliminação de importantes bolsas de sobre-exploração; nem muito menos, a credos gravosa dos rendimentos de capital. O facto de ser possível em Portugal apontar casos, numerosos, de remunerações pri-

vilegiadas, mesmo ao nível europeu, de quadros técnicos ao serviço do sector privado, em especial do capital financeiro, indicar a existência de laivos, bastante delimitados, de aristocracia trabalhadora, ou documentar casos de significativas reduções nas margens de lucro, se não das vezes, por incapacidade empresarial pura e simples, nada disso chega para alterar os aspectos fundamentais do processo que, tranquilo, seguia o seu curso quando lhe aconteceu o 25 de Abril.

Importante é ter em conta que a parte do trabalho no rendimento nacional foi sempre mantida em níveis bastante baixos. Se excluímos a segurança social (1), por razões de comparabilidade a longo prazo, vemos que ela esteve praticamente estagnada na década de 50 à volta de 41%, subiu até 44% em 1965 para aí se quedar de novo até ao fim dos anos 60. Já na presente década subiu razoavelmente nos dois primeiros anos, para dar lugar a nova quebra do seu ritmo ascensional. Nos últimos tempos os ordenados e salários reais, a principal componente das remunerações do trabalho, pouco subiram, se é que não diminuíram, em face da alta do custo de vida.

Fundamental é também não esquecer que a evolução relativa dos nossos salários tem sido das mais baixas entre os países europeus. Com efeito, mesmo no caso da indústria, entre 1966 e 1971, por exemplo, em Portugal os acréscimos percentuais dos ganhos reais foram inferiores aos verificados em todos os países europeus da OCDE com excepção da Irlanda e do Reino Unido. A partir de 1972, sabendo-se o que tem sido a inflação, não será possível pensar que o poder de compra dos trabalhadores se encontrava em grança regressão nos últimos tempos do regime deposto. Parece, assim, que o espanto de muito boa gente perante a alta de salários, ressalvadas situações singulares à margem do processo geral, reflecte sobretudo uma bem conhecida fissão ideológica e mental.

Importante é, ainda, atentar nas bolsas de sobre-exploração que o desenvolvimento do sistema continuaria a manter intactos por largo tempo ainda se outros ventos não se tivessem abateido sobre ele.

Nada mais elucidativo que o saber-se que mais de metade dos assalariados na indústria, serviços e agricultura ganhava, anom do 25 de Abril, menos de 3.000\$00, havendo actividades muito importantes, em termos de emprego, em que para alcançar esse mínimo os aumentos percentuais tiveram de ser da ordem dos 30,40% e mais.

Em resumo, o capitalismo português, na versão que continua sendo dominante, não alargou o volume de emprego, antes promoveu a sua contração, e não melhorou suficientemente, atendendo às possibilidades efectivas, à condição dos trabalhadores que lhe interessou reter. É o que resulta desta larga panorâmica.

Concluo que, evidentemente, não traz novidades a quem quer que seja mas que convinha lembrar com vista ao futuro.

É a partir de agora, as coisas irão mesmo mudar?

Em certos aspectos — e de grande importância, sem dúvida — as coisas já começaram a mudar, estando os trabalhadores empenhados no lançamento de acções que a breve trecho constituirão a um efectivo contra-poder de classe.

Mas a verdade elementar é que o motor do processo que desembocou nos resultados já descritos, não ficou de modo algum, soterrado na queda do regime. E não será de um dia para o outro que se curarão as taras de um sistema como o nosso. Não se trata, evidentemente, de uma questão de falta de boa vontade, ou de espírito de colaboração por parte do capital, grande ou pequeno, relativamente ao 25 de Abril. Neste campo, como nos restantes, só a coacção de um contrapoder aliará o poder de fazer ou desfazer a lógica do modo que continua sendo dominante. Logo, estamos perante um passado que ainda tem (algum) futuro. Neste momento seria profundamente errado desdenhar dos grandes passos que a democratização fez nos últimos 4 meses mas, no que diz respeito à questão vital da orientação das actividades económicas, os problemas continuam sendo os que foram. Os métodos de resolução é que poderão ser algo diferentes — e a longo — muito embora muitos efeitos positivos só venham a aparecer com bastante atraso.

No que toca ao volume de emprego propriamente dito, mesmo que se diga que não há lugar para alarmes, também não vejo que os tempos corram favoráveis à complacência. Pelo contrário, parece-me claro que o momento exige que se caia a fundo na luta contra os despedimentos e pela criação de novos empregos, utilizando, quando necessário mas sem demora ou hesitação, o arsenal dos grandes meios consagrados com o programa do MFA.

Lutar contra os despedimentos

A grande realidade que temos de enfrentar é a tendência bem marcada que, na actual fase, o sistema capitalista português vem para fazer diminuir o volume de emprego. Com uma regularidade que vem de há muito, o número de postos de trabalho tem diminuído a um ritmo médio anual de cerca de 15 mil por ano. Trata-se de uma herança que a situação emergente do 25 de Abril não alterará na ausência de medidas imediatas e de algum fundo.

Vejam os alguns aspectos de que se reveste a questão. É difícil abordar por este meio temas de tão grande amplitude sem incorrer em simplificações ou omissões mais ou menos pesadas. Tomo o partido de focar certos aspectos quantitativos do problema do emprego desligando-o, tanto quanto possível, da evolução qualitativa da sua estrutura. Destaquei ainda a situação de curto prazo das perspectivas em horizonte mais longo.

A curto prazo o que se pode prever é o agravamento do retrocesso do volume de emprego se se deixar o sistema entre que à sua própria lógica.

De facto, por um lado, o sector privado retrai-se acentuadamente em matérias de admissoes de pessoal.

Esta atitude, na grande maioria dos casos, traduz apenas a natural reacção dos empresários perante o desmoronar da conjuntura. Poucos empresários portugueses dispõem nas certas absolutas. Numa conjuntura que fugiu aos hábitos, por onde andará o exercício do risco empresarial, mesmo o mais raciocinado e ponderado? A retração é compreensível relativamente a quem corre o risco de ruína, de que falava Pascal. Há muitos empresários para quem a aposta aponta para aí mas muitos outros o único risco que admitem é o de chegar tarde à evidência.

Tendo diminuído o ritmo de criação de empregos novos, existe,

por outro lado, uma ameaça de aumento dos despedimentos, podendo resultar deste balanço uma crise de proporções consideráveis. Repita-se, se se deixar o sistema entregue à sua lógica. De nada servirá ludirmo-nos quanto a este ponto, tal como nada adiantará alarmar por alarmar. O que importa, sim, é agir na medida exacta das dificuldades a vencer.

Do ponto de vista da possibilidade de autodifesa dos trabalhadores e da capacidade de acção governamental os despedimentos são apercecionados como o mesmo carácter de inevitabilidade.

A bruxa alta de salários depois do 25 de Abril tem levado muitas empresas em situação razoável de desafio a ponderar o seu interesse em reorganizações internas, substituindo homens por máquinas ou abandonando produções não competitivas a prazo mais ou menos definido, se bem que sem sempre imediato, tal derivando hipóteses de despedimentos parciais ou, até, encerramento enquanto o "ambiente não se clarifica". Na prática a concretização de tais hipóteses tem estado dependente das reacções do pessoal e dos eventuais bons officios de algumas autoridades. É ainda cedo para julgar que o pior terá passado. Enquanto não for possível actuar decisivamente pela via de criação de novos empregos, situações dessas devem ser esterilizadas. Se necessário, pela introdução de pesadas penalizações aplicáveis sempre que se verifique poder a empresa evitar despedimentos imediatos, ainda que venha a incorrer na perda temporária de alguma parcela dos seus lucros.

Muito mais difícil de resolver é a situação criada pelas unidades que lutam desesperadamente pela sobrevivência, tendo muitas delas, ultrapassado o limiar de qualquer esperança ou justificação de via-

bilidade económica. Esta é a posição em que se encontram numerosas pequenas e médias empresas. Cabe aqui tornar bem claro que não foram os recentes aumentos a causa profunda de tais situações, mas, sim, o processo de concentração que há muitos anos vem trabalhando poderosamente as nossas estruturas económicas. O que os aumentos fizeram foi pôr a nu um impossibilidade de sobrevivência antecipando, quando muito, o termo da agonia.

Efectivamente, em consequência quer de enormes diferenças de eficiência inter e intra-sectoriais, quer de não menor disparidade de capacidade de adaptação e de criatividade mobilizáveis em cada situação empresarial, quer, ainda, das diferenças de acesso aos recursos financeiros necessários, a cena económica portuguesa é, cada vez mais, o campo de manobra das pequenas empresas. As pequenas unidades, no seu conjunto, estão em recessão de há alguns anos a esta parte. A título de exemplo vejamos o que se passa na indústria a partir dos dados a que é possível lançar mão de imediato. Numa amostra recolhida para o período 1965-1971, das unidades compreendidas no escalão de pessoal fabril com menos de 50 pessoas ao serviço, 40% diminuiu o seu produto. Acima desse escalão apenas 15% das unidades tiveram crescimento negativo. Quanto ao emprego houve diminuições de efectivos da ordem dos 25% num grupo que representavam 2/3 do emprego em unidade com menos de 50 pessoas ao serviço. Como é óbvio, a situação agora parecemos mais desfavorável que no período acima referido. Aqui o remédio poderá intervir pela via do subsídio de desemprego maciço, uma vez verificadas situações de rotura. Ao abrigo dos efeitos gerados de uma política de reforçamento económico conseguir-se-á, certamente, diferir o desfecho de mu-

tas situações. Iluminá-las, definitivamente, é que já estará fora das possibilidades.

Para além dos afastamentos planeados a frio, que não deverão ser tolerados, e dos despedimentos em total desespero de causa, que não poderão ser impedidos, resta-nos o caso geral — afinal, o que mais influncia poderá ter no alívio a curto prazo da tensão que pende sobre o mercado de trabalho.

E nesse campo o que está em causa é a existência, primeiro, e a eficácia, logo a seguir, de uma política conjuntural de expansão e apoio selectivo às actividades económicas com maior incidência na sustentação a curto prazo do emprego. Não vale a pena fazer aqui a lista, já tantas vezes enunciada, das medidas anti-recessão, falar da necessidade de lançar imediatamente os sempre aguardados programas de habitação e obras públicas, chamar a atenção para o poder multiplicador desta ou daquela actividade, começando, é dos livros, pela construção civil. Poderá ter algum interesse dizer que de uma lista de medidas, mesmo quando enunciadas e postas em prática por um mesmo Ministro ou por todo um Gabinete restricto, não resulta necessariamente um programa? Também valerá a pena ver que o êxito poderá vir, ou não, em função do tempo de entrada em acção? (Thirst things, first; é uma veia máxima da sabedoria inglesa) etc., etc. Não creio que haja aqui matéria nova. Mas, sem preocupado descaída de levantar lebre que ninguém mais viu, referirei tão somente dos aspectos que me parecem dos mais urgentes. Ou seja, certos efeitos da alta dos preços e das restrições do crédito.

Com taxas de inflação da ordem dos 25%, 30%, como negar, nos meses que se avizinham, os correspondentes altas de salários? Segundo uma ortodoxia, em cuja defesa se diz ser de Keynes, a infla-

ção combatê-se manipulando a procura global, começando, evidentemente, por uma política de contenção dos rendimentos do trabalho. Como joga isto com a necessidade, reconhecida, de incrementar, pelo menos, a despesa pública? Não joga muito bem. Para a ortodoxia estará a solução em la buscar a Keynes deflacionista a parte que mais jeitão der, deixando para Keynes expansionista a responsabilidade de suplenir o resto e, porventura, levantar geralmente grandes problemas à volta dos "deficits" orçamentais, sobretudo quando eles prometem vir a ser positivos. Em que ficaremos entre nós?

Havendo novas e/ou bruscas e generalizadas de salários alarga-se o círculo das pequenas e médias empresas em dificuldades sérias, com o inerente risco de despedimentos. Já as grandes empresas podem muito mais facilmente negar proveitosamente em águas inflacionistas. Algo mais se poderia adiantar nesta conjuntura no sentido de ligar, quase que directamente, a luta contra a inflação e a luta contra os despedimentos num perspectiva anti-monopolista. Se se diz que a carência da oferta de moedas bens de consumo é um dos propulsores da alta de custo de vida porque não fazê-los tudo para que se alargue, isto pouco quanto possível, a oferta? A política de compreensão dos consumos de vastas camadas trabalhadoras levou a algum lado antes do 25 de Abril? Haverá consumos a comprimir, é certo, mas tal não poderá justificar o bloqueamento do rouso que se avizinha em nome da sustentação do emprego, entre outras razões. A luta pela sustentação do emprego passa necessariamente, não só mas também, pelo controle da especulação ao nível da formação de preços nas empresas que dominam os mercados. E estas não são, na maioria dos casos, as pequenas e médias unidades produtoras nem as distribuidoras a retalho. O grande vilão da fita poderá ser o mercenário?

Um outro problema ligado à inflação é o encaminhamento para o sistema bancário das poupanças necessárias à reactivação do circuito económico. Por quanto tempo poderemos manter tão baixas as taxas de juro dos depósitos a prazo? As taxas reais são francamente negativas e assim concorre, porventura, mesmo que se emprenda uma reforma a curto prazo. Mas a experiência de outros países mostra que talvez fa-

ça sentido esquecer a ortodoxia Keynesiana para procurar a cura da inflação segundo uma política baseada numa dupla opção. Por um lado, na larga captação e das poupanças, por meio da elevação das taxas reais de juro dos depósitos e dos títulos, indexando-os se necessário. Por outro lado, ampliação dos meios de financiamento a que as empresas poderão ter acesso, — a juro mais elevado em deste tipo, simultaneamente, de vez das tradicionais restrições pela via do desconto, da diminuição da liquidez da banca, etc. Isto é, em vez da repressão financeira, o oposto. É natural que medidas deste tipo viessem a concitar o apoio, tácito ou expresso, simultaneamente, de pequenos burgueses locais, de médias empresários e de financeiros, e ainda, por cima, de trabalhadores. Isto mais não seria que um dos paradoxos aparentes da luta de classes nos tempos que correm. Claro que os benefícios não tocarão a todos por igual, mas isto é outro problema a merecer enquadramento específico.

De qualquer modo, a defesa conjuntural do nível de emprego não poderá ignorar a urgência de fazer chegar às pequenas e médias, os recursos financeiros necessários à dinamização da sua actividade. A chamada especial às pequenas e médias empresas fundamenta-se em razões que, em grande parte, têm sido apontadas com alguma frequência. Bastará agora notar a extrema sensibilidade do seu potencial produtivo e de emprego revela a curto prazo quando as oscilações conjunturais se traduzem em restrições de crédito. A falta de apropriados de fundos de maneio, a elevada dependência dos recursos alheios a curto prazo, as limitações de capital circulante determinam estrangulamentos quase inconcebíveis na capacidade destas unidades; O corolário é que o seu potencial de resposta poderá revelar-se extremamente elástico dentro de limites que variam de sector para sector mas que em muitos casos, poderão ser consideráveis, em termos quer de produção, quer de emprego.

Não sofre dúvida que a nossa economia se encontra sob a firme dominação do capital financeiro mas também é inegável que ela se encontra fragmentada, no sentido de que a organização do sistema repousa ainda na coexistência de empresas de muito desigual poder quando em mercados insuficien-

temente integrados. Aplicar-lhe a prescrição clássica de nada serviria aqui, pois arrastamo-nos a ter desemprego sem redução da inflação, cabendo a parte de leão na redução de postos de trabalho às pequenas e médias empresas que não têm acesso a linhas de crédito privilegiadas. E seriam a grande maioria. Socorrendo-me de um estudo sobre as estruturas financeiras das empresas industriais, poterei que em 1968 — e de então para cá as coisas não mudaram assim tanto — metade dos capitais empenhados no financiamento do sector provinham de recursos alheios. E salvo raras excepções as indústrias do papel, químicas e metalúrgicas, todas elas ramos dominados pela chamada grande indústria, menos ramos alheios as exigibilidades a curto prazo superiorizavam-se às de longo prazo.

Uma nota final que trazer aqui a necessidade de levar as soluções para além do que até hoje se encontra disposto através da Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Surgirá em breve o Instituto de Apoio às PME mas sem recursos financeiros não haverá Instituto que valha. A Banca do Estado não está aqui um dos seus Campos preferenciais?

Tudo quanto se tem dito refere-se à oferta de postos de trabalho a curto prazo. E qual o andamento da procura? Al também surgem problemas. Redução da procura de mão-de-obra estrangeira na Europa, desmobilização de dezenas de milhares de militares, e eventual afluxo de europeus provenientes de África. Razões de maior para aqui haja uma política conjuntural decididamente voltada para o emprego.

JOÃO CRAVENHO

(1) A segurança social continua a ter reflexos francamente modestos, mas cumpre reconhecer que as contribuições patronais para a Previdência vem melhorando, marginalmente, a parte do trabalho no rendimento nacional, situando-se agora a sua posição em cerca de 9% das remunerações do trabalho.

N. R. — Devido à extensão artigo enviado pelo Eng. João Cravenho não nos é possível publicá-lo na íntegra, pelo que no próximo **EXPRESSO** voltamos a reflectir com João Cravenho. Quais as garantias para a criação de suficientes postos de trabalho será o tema a abordar para a semana.

Os antecedentes imediatos da manifestação da "maioria silenciosa"

"A MAIORIA silenciosa do povo português — afirma o general Spínola, na sua comunicação de 10 de Setembro ao País — terá pois de despertar e de se defender activamente dos instigamentos extremistas que se deglham na sombra, servindo-se das técnicas bem conhecidas de manipulação de massas para conduzir e condicionar a emotividade e o comportamento de um povo simples e confuso por meio técnico de ocultamento político. Mas a consciência um clima anárquico de retinvidação incontrolada, em síctis ultrapassagem das responsabilidades aos diversos níveis e em clara usurpação de direitos alheios, o País mergulhará no caos económico e social, que só a sectores minoritários poderá aproveitar.

"A responsabilidade que assumi perante a Nação — prosegue o general Spínola — impõe uma tomada de posição perante o abuso de liberdade de alguns em desagaço flagrante da liberdade de todos. Impõe uma tomada de posição perante a perspectiva de uma depressão económica, a despeito da inortinação de soluções de cujos efeitos pífidos o País começa a descer face à crescente crise de desemprego, à alta exagerada do custo de vida, à insegurança civil e social, a casos já verificados de negação da liberdade de trabalho e, de um modo geral, ao descrédito em que conseguem a cair as instituições. É chegado o momento do País acordar para a realidade que somos, para o que queremos ser e para o futuro de amanhã a que nos queremos conduzir certos inspiradores políticos."

Uma semana depois, na madrugada de 18 de Setembro, grupos de coladores de cartazes desenvolvem intensa actividade nas ruas da capital, afirmando "postura que, em nome da "maioria silenciosa", convocam a população para uma manifestação de apoio ao general Spínola. Na sequência de um incidente, em que estiveram envolvidos um grupo de coladores de cartazes e os ocupantes de um automóvel, que a PSP vinda a deter, descobre-se que um dos elementos do primeiro grupo vinha armado com uma "mão de ferro".

Reagindo aos cartazes da "maioria silenciosa", militantes de diversos agrupamentos políticos arrancam-nos em grande número,

Por outro lado, os partidos de esquerda, organizações sindicais e outras forças políticas começam a denunciar a manifestação de apoio ao general Spínola como uma manobra da reacção e do fascismo, ao serviço do grande capital.

A manifestação, preparada com grande aparato publicitário (teriam sido impressos 50 000 cartazes e meio milhão de targetas) e mobilizando recursos consideráveis, revela-se como uma operação de extraordinária amplitude montada através de modo o País com o objectivo evidente de favorecer a concentração em Lisboa do maior número possível de pessoas. Nesse sentido, os mais diversos meios de transporte seriam postos à disposição dos manifestantes.

A comissão promotora da manifestação, que até então permanecera na sombra, aparece à luz do dia para prestar contra a campanha movida pelos agrupamentos políticos e pelos meios de informação, hostilizando os seus propósitos. A cabeça da comissão são elementos: Fernando Cavaleiro, Manuel Sá Coimbra, António Costa Félix, José Homem Rebelo Pinto, Francisco Van Doren, Manuel Magalhães e António Sousa Macedo. Numa carta enviada ao "Diário de Notícias", os promotores da manifestação reclamam-se das ideias expressas no discurso do general Spínola, proferido no passado dia 10, e revesam ter efectuado uma reunião conjunta com delegados de alguns partidos a quem haviam comunicado a realização da manifestação. Embora dizendo-se alheia a objectivos partidários, a comissão promotora assegura-se do apoio expresso ou velado de todos os partidos e organizações da direita e da extrema-direita: é esse, efectivamente, o quadro político que integra a "maioria silenciosa".

Entretanto, a comissão promotora, que teria sido reunida pelo general António de Spínola, na

Entretanto, também na madrugada de 18 de Setembro, no Porto, forças da PSP e da PM tomam as instalações do Partido Nacionalista Português que o Governo Provisório proíbe. O PNP, em circulares enviadas a ex-legionários, propunha-se "recomeçar a luta interrompida pelo 7 de Abril". Por outro lado,

aquela organização fascista, segundo carta enviada pelo seu secretário-geral a um militante, teria como objectivo a formação de uma frente de forças da direita e da extrema-direita, para o que contaria, com a participação, já assegurada, do Partido do Progresso (Movimento Federalista Português), do Partido da Democracia Cristã, do Partido Liberal e do Movimento Popular Português, estando em dívida a adesão do Partido do Centro Democrático Social (CDS). Pormenor significativo: na sede do PNP são encontrados quantidades maciças de material de propaganda da manifestação da "maioria silenciosa".

segunda-feira, dia 23, vê assegurada a cobertura legal da manifestação, depois de preencher as formalidades requeridas pelo Governo Civil de Lisboa. Apesar dos protestos dos partidos de esquerda e outras organizações, o Governo Provisório, que proíbe já manifestações do MRPP e de apoio ao MPLA, não toma qualquer posição contrária à realização da manifestação da "maioria silenciosa".

Paralelamente, é visível o esacerbamento da tensão política no País, prevenindo-se a ocorrência de factos graves, com repercussões decisivas à todos os níveis. Sintoma nítido dessa tensão — que assume cada vez mais um carácter explosivo — seriam os pedidos insistentes feitos à Imprensa por meios oficiais, para se limitar a dar eco do comunicado do Governo Civil sobre a manifestação.

"Balão de ensaio" no Campo Pequeno

A tourada de quinta-feira à noite no Campo Pequeno iria servir de "balão de ensaio" para a "maioria silenciosa". Gritos de "Viva Spínola", "Ultramair, Ultramar", misturados com insultos ao primeiro-ministro, brigadiero Vasco Gonçalves, forneceram indicações sintomáticas dos verdadeiros intuídos dos "silenciosos" manifestantes. E os incidentes que se seguiram depois na tourada, as cargas sobre os manifestantes antifascistas e as agressões contra estes perpetradas por elementos civis, serviram também de "furo de aviso" sobre o que poderia passar-se, mas já em grande escala, e com gravidade incomparavelmente

maior, na projectada manifestação de sábado à tarde em Belem. Além disso, o comportamento do general Galvão de Melo no local — confirmado por declarações que nesse momento fez ao L'EXPRESSO sobre o perigo dos "comunistas" que pretendiam "vender o País ao estrangeiro" — foi igualmente revelador da posição de certas personalidades, identificadas com os propósitos sediciosos que se ocultavam por detrás da manifestação de apoio ao general Spínola.

Os piquetes de vigilância

A versão de que a manifestação da "maioria silenciosa" iria servir de pano de fundo da operação conspirativa montada pelas forças reaccionárias para liquidar o processo iniciado pelo 25 de Abril, ganha cada vez mais consistência. Aproveitando-se da grande afluência de tráfego a Lisboa, os conspiradores aproveitaram-se para fazer passar, escondidas nos carros, grande quantidade de armas. A partir da noite de sexta-feira, as forças populares organizaram barreiras em todo o País, à saída de alguns dos principais aglomerados urbanos — considerados estratégicos — e nas entradas de Lisboa, para fiscalização das viaturas. Na capital, em colaboração com o MDP/CDE — que mobilizou cerca de 100 activistas para coordenarem as operações — diversos sindicatos, o PCP e o PS, e também militantes de organizações da esquerda e da extrema-esquerda, nomeadamente o MES, a URML e o PRP procedem à vistoria dos carros. Em Lisboa, os piquetes populares concentram-se na Fátima, Sacavém, Pombal, Quatro Caminhos, Caxias (em vários pontos), Cabo d'Avila, Portas de Benfica, Cruzamento de Barcarena, Alto da Boa Vista (Cacém), Paço d'Arcos, Calçada de Carriche, Amadora, Rincosa, Rossio, Santa Apolónia e Butaca.

Entretanto, a rede de barreiras montadas pelas forças populares em pontos estratégicos do País parece ter posto em saque, em di-

versas zonas, os intuídos dos promotores da manifestação e dos conspiradores. Em Guimarães e Braga, por exemplo, de onde estava prevista a saída de dezenas de camionetas, apenas teriam partido duas de cada uma dessas cidades, mas voltando depois para lá. Por outro lado, corria a versão, em Fátima e Guimarães, de que cada participante na viagem a Lisboa para se integrar na manifestação receberia 1000\$000. E os motoristas, devido à dificuldade em encontrar candidatos, seriam pagos por 10 contos. No entanto, segundo outras fontes (o MDP/CDE, por exemplo), os participantes eram aliciados apenas com a viagem e as despesas de estadia em Lisboa pagas pelos promotores da manifestação. (Sobre a evolução dos acontecimentos na província, veja a página, "Os que vivem e não vivem passar a reacção").

Entretanto, a partir das 3 da madrugada e até ao princípio da manhã — momento em que o MFA se assegurou do "controlo" da situação — a Emissora Nacional, única estação de rádio em funcionamento durante esse período, transmitiu de meia em meia hora um comunicado, emitido em nome do Governo Provisório e lido por Sanches Osório, intimando os piquetes populares a desfazerem as barreiras, defendendo a manifestação da "maioria silenciosa" em apoio do general Spínola e advertindo contra qualquer confronto que poderia provocar "derramamento de sangue" e um clima de "guerra civil". No entanto, apesar da intervenção de forças militarizadas — PSP e GNR — em várias zonas, nomeadamente à saída do Porto, para desfazer os piquetes de vigilância popular, estes mantêm a sua rede fundamental, reforçada eventualmente com a ajuda voluntária

de elementos das Forças Armadas. Nalgumas viaturas são descobertas armas, embora a sua natureza e quantidade, na generalidade dos casos — pistolas, caçadeiras e

armas brancas —, façam crer que a iniciativa do seu transporte tenha partido dos próprios portadores, não se integrando, em princípio, no plano conspirativo. Mas já a descoberta de armas num carro fuserário parece constituir um indício claro de que os conspiradores pretendem fazer convergir sobre Lisboa o seu arsenal.

Os incidentes ocorridos durante a fiscalização das viaturas nas barreiras nunca assumiram qualquer gravidade — registando-se eventualmente a relutância de alguns condutores em aceitar a vistoria dos seus carros — à excepção de um caso verificado na entrada da ponte sobre o Tejo, depois das 4 da madrugada, quando um Mercedes procurou furtar-se à inspecção dos comités de vigilância. As Forças Armadas, que já nesse momento se encontravam em alguns pontos de vigilância, em colaboração com os piquetes populares, viram-se obrigadas a fazer fogo sobre a viatura, saindo gravemente ferido o seu condutor, eng. Gibo Toscano Rico.

O papel das barreiras formadas pelas forças populares continua, sem dúvida, um obstáculo decisivo ao prosseguimento da operação conspirativa de que a manifestação da "maioria silenciosa" seria teatro. Liquidadas, nas barreiras, os intuídos dos promotores da manifestação, sua proibição oficial, decidida sábado, limitou-se em larga medida em consagrar um facto praticamente consumado.

Mas a função das barreiras, agora sob "controlo" directo das Forças Armadas, prolonga-se para lá de sem fim-de-semana dramático. A fiscalização de veículos prossegue nos pontos estratégicos para manter "controlo" efectivo sobre o transporte de armas, que, num período de regresso de férias como aquele que atravessamos, caracterizado por tráfego intenso, poderia propiciar-se.

Os que viram e não viram passar a reacção

OS TRÊS ÚLTIMOS DIAS e os acontecimentos que os assinalaram causaram viva emoção em muitos pontos do País, onde a chegada de notícias contraditórias e a falta de uma informação oficialmente confirmada lançavam juntamente com a perplexidade, a ansiedade e a confusão.

Em certas regiões não chegou mesmo a surgir nenhuma reacção as notícias. As pessoas fecharam-se em casa e ignoraram pura e simplesmente o que que ouvia: bom ou mau, era com os outros e passaram-lhe uma esposa.

Em contrapartida, muitas outras populações do país, tomando uma mais nítida consciência de que os acontecimentos eram graves e de que as horas da madrugada de sexta para sábado podiam conduzir a um alvorecer que desmentisse o regime a que se estão já a habituar, organizaram-se, uniram-se, vigiaram e só arredaram-se quando, no domingo à tarde, as brigadas militares substituíram os piquetes de vigilância cívica.

Por exemplo, em Bragança, a população recebeu um aviso de que seriam partidos de Letria 3 automóveis transportando material de guerra. Embora não houvessem montado barricadas, os populares vigiaram e pesquisaram a região, encontrando armamento em Moncorvo. Os automóveis, um Mercedes-220 preto, um Volkswagen creme e um Fiat-128 castanho continuaram a ser procurados até que a missão passou para brigadas militares.

No Porto, as barricadas produziram-se sem frutos, com piquetes de vigilância compostos essencialmente por elementos do Partido Comunista e uma manifestação antifascista promovida pelo Partido Socialista. As vias que conduzam ao sul foram activamente vigiadas e a confiança parece restabelecer-se, com a certeza de que a reacção foi derrotada.

Na Coimbra foram detectadas duas viaturas com armamento e foram organizados piquetes para fechar as estradas. Muitos popu-

lares manifestaram-se contra os Partidos da coligação governamental, a favor da maioria silenciosa e surgiu até uma metralhada. No domingo todos haviam recobrado a calma e levantado os piquetes.

Não houve manifestações em Leiria, mas as barricadas de populares, reforçadas com elementos da PSP e alguma tropa, vigiaram as deslocações de veículos e apedrejaram carros e camionetas que não queriam colaborar.

O comandante dos Bombeiros encontra-se preso e chegou-nos a notícia (não confirmada) de que o comandante local da GNR também estaria detido. As forças militares convocaram elementos dos partidos políticos para organizarem milícias na região da **Marinha Grande**, onde foram criados piquetes e vigiado o trânsito.

Em Montemor-o-Novo, a vigilância foi também montada: um automóvel com matrícula estrangeira teria sido alvejado a tiro por se ter posto em fuga. Na vila notaram-se dissensões entre os militantes de partidos políticos, que se acusavam de colaboração na organização de excursos e manifestações reaccionárias. Não foi apurado ainda nenhum fundamento para tais acusações e espera-se a divulgação local de comunicações partidárias.

Em Portalegre, o Partido Liberal fez distribuir um comunicado em que ataca os 3 partidos da coligação governamental, enquanto eram presos dois ex-legionários, um deles antigo comandante e outro professor de liceu.

Vários agrupamentos políticos uniram-se para controlar o tráfego e parece haver já a consciência generalizada de que o perigo era sério mas a reacção não vencerá.

No distrito de Santarém, a vila de **Alpiçca** foi das mais activas no reforço do processo democrático; além de barricadas nas estradas, foram lançados pregos no chão, para evitar a fuga de presumíveis reaccionários. Foram dados alarmes porque um veículo não parou, mas está por apurar se tenam sido disparados de dentro do próprio

carro em fuga. Em **Rio Maior**, mais leve-se a tranquilidade e as barricadas foram levantadas na via de circulação, enquanto que em **Santarém** só alguns piquetes foram organizados. Não há notícias de que tenham sido alteradas a calma e a ordem naquela cidade-cidade em acesso a Lisboa, embora tenham sido confirmados anúncios a preparação de uma grande marcha sobre a capital, com numerosos grupos de populares fazendo transportar sobre tractores e atrelados.

Em **Setúbal** foi detectado e apreendido um automóvel sem armamento. Os seus ocupantes foram enviados sob prisão para Lisboa. Registraram-se ainda algumas fugas de carros que lidaram a vigilância que os piquetes exerciam sobre as saídas da cidade. O clima geral era de repúdio pela manifestação fascista. A sede do Partido Liberal foi mesmo assaltada por elementos da população.

Em muitos outros pontos do País a população desenvolveu um precioso trabalho contra-revolucionário, mas locais houve onde, lamentavelmente, a inactividade se manifesta. Sem o intuito de humilhar ninguém, mas tão somente com o de alertar as populações dessas zonas, certamente mantida na ignorância do que se entra e tramam nas suas costas, citamos os ou outro caso onde não há assinalada qualquer actividade. No **Bombarral**, nem brigadas nem piquetes de vigilância, os grupos militantes dos partidos políticos parece terem-se remetido ao mais completo silêncio. O mesmo podemos referir em relação à **Caldas da Rainha**, **Cascais**, **Coruche**, **Pessegueira**, várias localidades do Sul, **Viseu** e ainda outras, uma minoria onde a consciência da situação parece ter tardado a chegar.

An contrário do que acoitem um pouco por todo o restante território, que vigias com determinação e entusiasmo. Como em **Castejo Branco**, onde até as camionetas fretadas para **Fátima** foram impedidas de partir...

Palácio de Belém:

Entradas e saídas num

O PORTÃO do Pátio das Damas do Palácio de Belém abriu-se e fechou-se nem número quase incoensável de vezes, durante todo o dia de ontem, facultando a entrada e saída, rigorosa e constantemente controlada, as personalidades que afluíram à Presidência da República desde manhã cedo até ao cerrar da noite.

Al se jogaram presumivelmente o futuro próximo e o rumo imediato do regime político em que vão viver os portugueses. O Palácio de Belém foi, a feição, sede de consolidação certas linhas de acção e onde mudanças importantes foram concertadas. Os indícios eram claros, embora insuficientes para confirmar ou infirmar as múltiplas conjecturas que em frente do portão gradeado do Pátio das Damas as pessoas entreteriam alimentando a expectativa. Os próprios representantes dos órgãos da Informação, que permaneceram a pé firme na Calçada da Ajuda, praticamente durante todo o dia, mais não fizeram do que reger pacientemente as entradas e saídas dos ministros ou dos conselheiros de Estado e dos militares cuja presença em Belém professe significar alguma coisa.

A curiosidade e ansiedade popular fazia com que magotes de cidadãos em trajeto domingueiro estacionassem por longos períodos no passeio fronteiro ao portão, interrogando e interrogando-se quanto à natureza dos acontecimentos que estariam a desenrolar-se no interior. Patrulhas militares aconselhavam as pessoas a circular e as forças de paraquedistas e Polícia Militar que controlavam o acesso ao Palácio esforçavam-se mesmo por manter os jornalistas afastados do portão.

A sessão do Conselho de Estado, que tinha começado por volta das 10 horas, só terminou às treze. Durante o período em que fun-

cionos, verificou-se intenso movimento de entradas e saídas no portão: às 10,30 horas entrou o major Dias de Lima, chefe da Casa Civil do Presidente da República, que tomou parte nas negociações em Lourenço Marques (aquando do golpe-de-mão que tomou o "contrário" do Rádio Clube de Moçambique) com reacionários que provocaram o incidente e que também acompanhou o general Spínola a Cabo Verde, durante as conversações com o general Moutu do Zaire; às 11,30 horas, saiu o ministro da Defesa, tenente-coronel Firmino Miguel, que só regressaria depois das 14 horas.

Alguns minutos antes do meio-dia, o ministro da Comunicação Social, major Saanches Osório, entrou no Palácio e pouco depois o general Costa Gomes, acompanhado por um brigadeiro que à distância não conseguimos identificar, tomou lugar num helicóptero que levantou em direcção provável do comando do COPCON, no Alto do Duque. A deslocação do general não demoraria mais do que alguns minutos.

As 12,20 a escolta da GNR, num carro ligeiro não oficial e com motociclistas, saiu do pátio e subiu a Calçada da Ajuda, mas nenhuma das entidades que a ela têm direito era escoltada. No regresso, a meio da tarde, e na saída que registámos já ao princípio da noite, a mesma escolta deslocava-se sozinho, dal a nossa presunção de que o Presidente da República tentava permanecer ainda longo tempo em Belém.

Ao meio-dia e meia hora, o no Palácio o major Nuno Bivar, que comandou a Academia Militar no 25 de Abril e no dia seguinte teve sob o seu comando as forças militares que tomaram e controlaram a PIDE. A entrada deste oficial demorou alguns minutos na identificação, levando-nos a supor que

teria sido chamado momentos antes.

Um quarto de hora mais tarde, entrou também o general Damão, comandante-geral da GNR, que voltou a sair, às 16,15, acompanhando Costa Gomes no helicóptero.

As 13 horas, começaram a sair os membros civis do Conselho de Estado. Saíram sucessivamente a professora Isabel Magalhães Colaco, o dr. Freitas do Amaral, o professor Rui Luís Gomes e o dr. Azeredo Perdigão.

Perto das 13,30 saiu o secretário-geral da Presidência da República, dr. Pereira Coutinho e cinco minutos depois, saiu também o general Galvão de Melo acompanhado por um afluente da Força Aérea, num carro com motorista. Nos minutos seguintes, saíram o Comandante da PSP de Lisboa, major Casanova e o ministro Saanches Osório, com curto intervalo.

Reunião da Comissão Coordenadora do MFA com a Presidência da República

As 14 horas, começou uma reunião da Comissão Coordenadora do MFA com o Presidente da República, a que se presume tenha assistido também o ministro Firmino Miguel, pois reentrou no Palácio às 14,20. A reunião terminou cerca das 15,45 horas, sem que tenham sido conhecidos os nomes de todos os participantes nem o seu objectivo específico. No entanto, o capitão Vasco Lourenço informou "estas garantidas a execução do Programa do MFA 22".

Entre as 15 horas e este

dia complicado

momento, tinham saído os generais Diogo Neto, membro da Junta e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e Fontes Pereira de Melo, comandante da Região Militar de Évora. Sairam depois os capitães Gomes e Xarria, ambos membros da Comissão Coordenadora e Conselheiros de Estado.

Cerca das 16 horas, entrou o brigadeiro Pedro Cardoso, Chefe da 4.ª Repartição do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e, logo a seguir, reencontrou o ministro Sanches Odório, que afirmou aos jornalistas: "Logo que seja possível haverá um comunicado, mas não se sabe se será hoje ou amanhã". O mesmo ministro voltaria a sair mais de uma hora depois; e o coronel Ra-

fael Durão, do Conselho de Estado, saíra às 16,35.

O general Costa Gomes, que lá via saído no helicóptero por em altura, regressou às 17,50, acompanhado pelos meios oficiais, e voltaria a sair, desta vez no automóvel, às 19,25. O público reconheceu-o e aplaudiu-o à passagem com uma salva de palmas.

Até perto das 20 horas, a registámos a entrada do Dr. Francisco de Spínola, irmão do Presidente da República, mas verificaram-se as saídas do general Jaime Silvério Marques às 18,50 horas, do major Ayala Rosta às 18,35 e do tenente-coronel Almeida Bruno e do capitão Ramos, o mesmo carro, às 19,40.

Expresso

74-09-28

17

Silva, Vassallo

Vassallo e Silva e último General

"É LAMENTÁVEL QUE NÃO TENHA SIDO TRANSCRITA A MINHA RESPOSTA À MENSAGEM DE SALAZAR"

OS TELEGRAMAS dizem que Marcelo Caetano, no seu último livro, "Depoimento", defende "que antes uma derrota militar, que entrar em negociações com o inimigo". Salazar o primeiro arauto da mesma ideia, e a sua política africana guiou-se sempre por essa opção obstinada. E assim, a 18 de Dezembro de 1961, Goa, Damão e Diu, foram integradas na União Indiana.

Pela força das armas ou pela força da razão é política ambígua e que ainda hoje o permanece.

O 25 de Abril não abriu o dossier da Índia, que, ao que parece, não considerará ainda oportuno fazê-lo. No entanto o próprio MFA, num texto que circulou clandestinamente, muito antes do dia 25 de Abril já se pronunciava muito clandestinamente sobre o caso. E nesse texto que transcrevemos, entre outras, as seguintes passagens:

(...) Se, antes de 1961, as Forças Armadas não eram atingidas abertamente no seu prestígio, ou não o eram de forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo.

A partir porém da queda da Índia (...) as Forças Armadas são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como responsáveis máximos do desastre.

Estava inventado o bode expiatório e criadas as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas Forças Armadas.

Rompendo um silêncio de anos, o EXPRESSO procurou ouvir o General Vassallo e Silva, governador geral da Índia nos anos que precederam o 18 de Dezembro de 1961, e que veio a sofrer a demissão compulsiva do Exército, por resolução do Conselho de Ministros, em reunião de 21 de Março de 1963, sob a presidência de Salazar.

A fase actual do processo de Goa

IMPRESSO — É verdade que se um processo seu, em curso, I.T.A., relativo à sua demissão, sobre o CASO DE GOA? e far-nos elementos sobre o estado desse processo?

RISALDO E SILVA — Ao abrigo do Artigo 1.º do Decreto nº 346/71 de 11 de Agosto de 1971, requeri ao Ministro do Exército a revisão do processo disciplinar de que resultou a pena de suspensão do serviço do Exército. O Conselho Superior de Disciplina do Exército, na presidência do senhor Andrade e Silva, concluiu a procedência da acusação de falta contra mim o que foi homologado pelo Ministro do Exército, General Sá Viana. Sendo reclamado, ao decurso da

revisão, contra o facto de não ter sido dado cumprimento ao § 4.º do Art.º 172.º do RDM, esta reclamação foi indeferida.

Perante estes factos apresentei, em devido tempo, um recurso ao Supremo Tribunal Administrativo, sobre o qual foi lavrado em 4 de Abril do corrente ano o acórdão concluído pela validade do despacho ministerial contenciosamente impugnado.

Julgo que este acórdão deve ter sido enviado ao Ministro do Exército. Aguardo pois o seu despacho.

Acrescentei que a sentença de julgamento (Art.º 173.º do RDM) no CSDE decorreu de uma forma lamentavelmente irregular, como oportunamente será, de certo, esclarecido, espero.

As andanças do processo no regime anterior

EXP. — É a primeira vez que recorre à via judicial ou já o fez na vigência do antigo regime? E com que resultados práticos?

V. e S. — Perante o despacho de punição que em 1963 me foi aplicada pelo Ministro da Defesa Nacional, General Gomes de Araujo e a nulidade da reclamação que apresentei, apetei para o S.T.A..

Sobre este recurso pronunciou-se a 1.ª Secção daquele Tribunal considerando-se incompetente. Levado a Tribunal Pleno foi lavrado o acórdão da incompetência, por maioria (3 contra 4), pelo que foi posto posto final sexta fase do "Caso da Índia".

Devo esclarecer que, noutro processo, em que o mesmo S. T. A. se considerou igualmente incompetente, o assunto foi levado a Tribunal de Conflitos que concluiu pela incompetência do S.T.A. Este chamou a si o respectivo processo disciplinar concluído pelo provimento do recurso interposto pelo respectivo oficial contra o despacho ministerial que o punia.

EXP. — Está ao corrente sobre outros oficiais também punidos, na mesma ocasião, seguiram o mesmo caminho, isto é, se também interpuzeram recurso?

V. e S. — Sei que a quasi totalidade dos outros oficiais, meus camaradas, punidos pelo mesmo motivo (CASO DA INDIA), pelos ministros do Exército e da Marinha, General Luz Cunha e contra-almirante Mendonça Dias, interpuzeram recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, e que todos tiveram o mesmo fim — negatividade de competência.

— Mesmo o caso a que me refiro no final da resposta à pergunta anterior teve lugar por virtude de uma pequena alteração na redacção do castigo muito bem aproveitada para levar o caso a Tribunal de Conflitos.

Um oficial da Armada que requereu a revisão do seu processo viu a punição comutada em outra mais ligeira, pelo ministro da Marinha, contra-almirante Crespo.

Balanço de uma governação

EXP — Se tivesse que se lembrar sobre a sua experiência em Goa, em poucas palavras, o que lhe resta?

1.º — O que me pede é praticamente impossível de satisfazer, na minha experiência em Goa, em poucas palavras. Em três anos de uma governação dinâmica, perdoo-me a mim, em que todos os sectores da vida, pública (fomento, ensino, social, saúde, indústria, etc.) à margem do aspecto legal, foram impulsionados por uma tremida provocação os frutos da sua grandeza das instituições e a referência de um equilíbrio por parte da população indiana.

Uma como foram aceites mesmo que eram agravados os tempos dos habitantes, sempre com um espírito de justiça, foi as primeiras revelações mais raras que recebi. A população confiou na garantia dos seus direitos de contrapartida e vive sempre presente nas suas decisões.

Os seus credos políticos e suas foram respeitados. Um desenvolvimento estava à espera de alma dos nossos irmãos e damanenses e diuques. Relações com o Governo foram sempre de acordo e o estatuto que prevalecia à margem da governação daquela ilha de Portugal.

É justo esclarecer neste momento que aquele Estatuto de Índia Portuguesa uma vez autonomia em vários pontos.

A eficácia da governação em grande parte nas suas a tomar respeitando o seu mau evitando o porcosse e muita escusa, preferido a sua sabedoria perante o facto de começar a partir do cuidadoso das limitações de competência.

Respeito a este respeito, como as conclusões mais agradas da especificidade em que se viu a nível, a subtilidade da jurisprudência dos seus todos os seus magistrados, sua alta notação, até ao nível do Conselho Legislativo, sendo pela advocacia sempre em seu estudo dos problemas, mas não fiquei a dever nas medidas, em decisões arrojadas e nunca precipitadas ou de autoridade fundamentada, o que não ultrapassaram a realidade da nossa administração, provocando uma dinâmica, mais relevante de uma vontade própria e desmesuradamente mesmo, o que não diferente à política dos seus a confiança que deles tinhamos que têm por missão a defesa dos seus territórios, a República Portuguesa, com o apoio de alguns erros, mais

de forma do que de fundo. Afinal o estatuto que regia a administração lá estava com todas as suas "aberturas", que inteligentemente aproveitadas permitiam chegar mais longe, mais rapidamente. E esta característica não era indiferente nem ao Governo nem à população.

A existência de hindus, muito representativa, a maioria mesmo, de cristãos e muçulmanos trazia também aspectos alianças visto que as suas características conduzem a formas diferenciadas da exteriorização de culto, tanto dos templos, como na indumentária, além da parte cerimonial, evidentemente. Passava-se tudo com espírito ecuménico, num profundo respeito mútuo, condição fundamental na harmonia das Sociedades.

No aspecto Social, estava a ser fortemente desmantelada a estrutura das castas, mais por iniciativa das camadas "superiores" do que por imposição das mais modestas. Nunca foi necessário um acto de força para manter cada um no seu lugar, pois se ia desvanecendo a hierarquia de casta.

Não se podiam eliminar de repente, hábitos ancestrais mas estavam a eliminar-se problemas actuais consequência daqueles. Foram ouvidas atentamente as razões das diferentes partes e tomadas decisões justas em que se eliminavam os diferenciais de casta, em termos de susceptibilidade das dos que tão cordadamente respeitavam essas decisões.

No campo da instrução vasta era a gama dos problemas e dos erros. Um "conceito" pouco amparado pelas entidades oficiais. Tudo havia a fazer a favor daquela língua falada desde o berço por quatro milhões de pessoas da zona da Península Hindo-Índia onde estava encaixado o distrito de Goa. Um inglês demais generalizado através das escolas chamadas "inglesas" em detrimento do português.

As escolas de marista e conquistaram a hegemonia das línguas culturais e um português superiormente falado e escrito por uma forte camada de goeses cultos. Se acrescentarmos a estes factores de cultura as línguas faladas em Damão e Diu, facilmente se concebe o muito que havia a fazer neste campo, sem dúvida básico nas relações humanas e na hegemonia que se devia dar ao português sem tirar aos naturais meios de entendimento através da sua língua materna lo concalves em Goa. Lembro hoje com saudade as importações furtivas de carácter tipográfico desenvagado para impressão de livros em marata relacionados com a nossa presença na Índia para eliminar a influência de milhares de livros de instrução destinados às escolas de marata, tanto da Índia Portuguesa, como de Moçambique em que só figura-

vam assuntos da União Indiana.

Grande era a tarefa que se impunha e a qual metemos ombros afincaçados.

Nos problemas económicos figurava à cabeça o ministério de ferro depositado pelo lapso e pela Alemanha Federal, especialmente. Período áureo de exportações (mais de sete milhões de toneladas anuais). Aparentemente das minas. Carregamento mecânico de minério. Encontrei este problema em fase da expansão impulsionado pelo Governo Central. Não foi mais do que dedicar-lhe toda a atenção e esforço para se atingir um máximo desejado. Obrigava-se à resolução de problemas de relações mineiros-exportadores-industriais estrangeiros, numa gama de impulsos devidamente orientados e eficientes.

O problema do arroz, com o dos valados para aumento da área de cultura foi dos mais alianças por envolver o pequeno lavrador que mais necessitava do nosso carinho que nunca lhe negado.

A posição estratégica de Goa na "bacia" do Índico e na rota de Macau e de Timor, foi outro aspecto que evidenciou na nossa experiência de Goa. Um TAIP em desenvolvimento não só para as indispensáveis ligações com Karachi, país amigo, escala das grandes carreiras aéreas internacionais, mas também em tentativas (primárias passadas) criando os raiões goanos do Quênia e da Tanzânia (onde sabíamos já encontrar dificuldades de escala agravadas em 1968) até Moçambique.

Para se ter uma ideia aproximada do potencial realizado dos TAIP com as suas valorosas tripulações basta apontar que conseguimos em caso de emergência transportar dois pelotões de caçadores para Timor e colaborar com os TAP no transporte de material de guerra para Angola quando dos graves acontecimentos ali registados no começo de 1961.

Ao lado de tudo isto, e delimitando do lado outros sectores da vida da província, temos os aspectos culturais, com os mananciais de conhecimentos e documentação voluminosa do Arquivo Histórico de Goa cuja expansão tanto acarinhámos com a ajuda de sítios investigadores com os quais procurava levar mais longe e melhor o conhecimento do facto passado, alguns bem longínquos.

Para tal contávamos com a crescente confiança em nós dos detentores de elementos avidamente guardados, e até escondidos, em épocas remotas de perseguições religiosas.

É vê, que tudo o que apontei são motivos que sustentam a minha experiência de Goa como das mais maravilhosas que o Destino podia ter-me reservado mas que não pode conter-se em poucas palavras. Há muito que se passou ao lado do aspecto da governação.

Para quando a publicação dum dossier sobre Goa?

EXP. — Sabe-se que tem um dossier que é dos mais exaustivos, sobre Goa. Pensa publicá-lo?

V. e S. — Os elementos de que disponho a par de uma memória esclarecida que Deus me tem conservado, dizem respeito a aspectos militares e de governação.

Os militares foram inseridos em numerosos volumes que constituem o Relatório elaborado em Portugal, logo após o regresso do nosso cativo de cinco meses como prisioneiros. Nele intervieram todos os escalões das forças de terra e mar, do Estado da Índia. Evidentemente, que além de aspectos operacionais se observam pormenores do maior interesse para julgo sobre os homens e sobre os acontecimentos. O conhecimento público de tudo isto (a Nação tem que ser esclarecida) deverá ser feito através de uma obra de ficção histórica que não comprometa a existência confidencial de certos pontos, imposta pela ética militar. Tudo deverá ser feito em obediência à legislação em vigor relacionada com os diferentes aspectos do assunto.

A este respeito devo lembrar a mensagem já histórica, que me foi dirigida dum Presidente do Conselho Salazar nas vésperas da invasão transcrita no Livro Branco do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros (4.º volume) sobre dez anos de defesa do Estado da Índia. Lamentável é que não tenham transcrita a minha resposta, última transmissão feita pelo Aviso "Afonso de Albuquerque" em virtude do violento bombardeamento da zona Estação Encimosa de Goa pela aviação indiana que destruiu as instalações e provocou vítimas entre a guarnição militar.

Em relação ao aspecto da governação entregue ao Ministério do Ultramar, após o meu regresso a Lisboa, um grosso volume que considero simplesmente como elementos para a elaboração de um Relatório, visto que este, formalmente e também regulamentariamente, só podia ser elaborado à vista de elementos estatísticos de que não me foi possível dispor.

Aqueles elementos foram es-

critos apenas por memória e contém pontos do maior interesse, mas sem a premissa de divulgação como os relacionados com os aspectos militares".

Confiado inteiramente no interesse manifestado pela J. S. N. relativamente ao "CASO DA ÍNDIA" mas tendo em atenção a prioridade de muitos casos importantes e actuais de resolução urgente, espero que uma oportunidade surja logo que possível para um esclarecimento cabal de Nação, como é devido.

É mesmo meu desejo que do aceder ao seu pedido, para responder no "Expresso" às perguntas que me dirige, o faça por forma a ficar bem vincado a nossa inabalável confiança no espírito de justiça de quem nos governa e que não queríamos infundar com quaisquer declarações precipitadas.

Saibamos esperar. Assim o desejam todos os camaradas envolvidos no triste "CASO DA ÍNDIA" que, de cabeça levantada, embora de coração amargurado aguardam serenamente a decisão que esperam seja a final.



Resenha biográfica do General Vassalo e Silva

EXP. — Sendo o sr. General uma pessoa que chamou sobre si as atenções da opinião pública, é no entanto pessoas pouco conhecidas nos seus traços pessoais. Assim, pedimos-lhe que sobre si, e sua pessoa, faça um breve resumo.

E igualmente teríamos muito interesse em que fizesse um sucinto resumo da sua carreira militar.

V. e S. — Se o que me pede é um pouco da minha biografia apenas tenho a responder que ela é a de um homem que fez de trabalho o seu sacerdotio. Nascido em Torres Novas em 1899 onde passei a minha infância frequentando a sua escola primária e o Liceu de Santarém até ao 4.º ano, a minha família mudou a sua residência para Lisboa em cujo Liceu Passos Manuel conclui o curso dos liceus, em 1918. Meu pai fora sempre, mesmo no tempo da moaquiria, um bom republicano nunca se favoreceu da política para conseguir favores materiais. Minha mãe uma bondosa senhora, esposa e mãe amantíssima, vivia só para o marido e filhos, trabalhando arduamente. As dificuldades materiais da família foram-se agravando obrigando os filhos a trabalhar, ao mesmo tempo que estudavam. Assim eu, ainda aluno do liceu, tinha as minhas explicações que continuei a dar quando da minha entrada para a Faculdade de Ciências, onde frequentei o bacharelato de matemática, passando depois para os "preparatórios" de admissão à Escola Militar onde entrei em 1922.

Tive sempre uma vida livre, vivendo de perto todos os acontecimentos, e estes não foram poucos, que se iam registando na Capital naquela época. Fazia-o por mera curiosidade de observador, quase infantil, mas o meu espírito juvenil era todo republicano.

Assim, não há local de Lisboa onde a minha memória não tenha registado, ao longo desses anos, um acontecimento ligado aos problemas sociais, políticos, religiosos e estudantis que recorro na análise da evolução do nosso País nestes três quartos do século XX. E não são poucos os ensinamentos que um espírito justo pode tirar de tudo isto.

Como disse, entrei para a Escola Militar em 1922, a frequentar o curso de engenharia, tendo casado nas férias grandes do 1.º ano, pois entretanto morrera minha mãe, minhas irmãs tinham casado e meu pai trabalhava longe da nossa residência e, por outro lado, morrera também o único homem da casa da minha noiva, hoje minha mulher, querida companheira de 50 anos de vida intensa do marido.

Como aspirante da EM nasceu-lhe nos dois filhos e o terceiro chegou após a conclusão do curso.

Entretanto, além das lições que dava, comecei, ainda como aluno de engenharia, a ter actividade colaborando com engenheiros o que me trazia mais cedo as vantagens da prática.

Nunca me servindo da política desenvolvi sempre, a par da minha carreira militar de 40 anos, sempre na actividade de serviço, sem qualquer interrupção, uma intensa actividade de engenheiro, principalmente na elaboração de projectos para obras de interesse público, tanto em Lisboa, como no Alentejo "principalmente", Algarve e na minha querida terra natal Torres Novas.

Eu considerava esta actividade, tão necessária por motivos de ordem financeira, como um exercício complementares da minha carreira de engenheiro militar, pelos ensinamentos técnicos naquela colhidos.

Por outro lado tive oportunidade de conhecer em todo o pormenor e profundidade o aspecto social das classes trabalhadoras, que tanto me interessaram.

Tive também ocasião de verificar, e quase viver, as dificuldades da nossa lazoara, para a qual tanto trabalhei como engenheiro, o que me permitiu um juízo mais justo das suas imensas dificuldades, tantas vezes levemente consideradas.

Pede-me que fale um pouco de mim, mas recio ter-me alongado demasiado e roubado muito espaço ao "Expresso". Confesso que saími por cima de inúmeros pormenores relacionados com os problemas sociais, políticos, religiosos e estudantis do nosso País a que acima me referi. Ficarão para outra oportunidade que me for pronunciada.

Toda esta minha actividade não teve qualquer ligação politica. Entretanto foi-me concedida pelo Presidente Marechal Craveiro Lopes a ordem de Mérito Industrial.

Eu era sempre o engenheiro atido, de todas as horas, e em ligação permanente com os meus colaboradores e com os locais onde as obras projectadas se desenvolviam, viajando de dia e de noite, vivendo, à margem da minha actividade militar com toda a dedicação, só para o trabalho e para a família. Para mim não havia domingos, nem feriados nem férias.

E foram assim trinta anos, com a graça de Deus, vendo os filhos formarem-se, casarem e darem-nos e hoje buetos, sempre imensamente ajudado pelos carinhos cuidados de minha mulher.

Em fins de 1958 recebi a comunicação de que o Conselho de Ministros me escolhera para desempenhar as funções de Ge-

vernador-Geral do Estado da Índia. Recusou o encargo sem pestançar, como um imperativo, que não se pode recusar, com a certeza da grandeza do problema e da insuficiência dos meus predicados, mas também da minha força de vontade, dos meus hábitos de trabalho que, modestia à parte, muito me podiam ajudar na resolução dos problemas que se me deparassem, numa entrega total de todo o que me restava para dar.

Depois dos indispensáveis contactos nos Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Presidência do Conselho da República, vão para a Índia a 27 de Dezembro de 1958, acompanhado da minha infatigável, mas já tão frágil, companheira. Acompanhava-me também o Chefe do meu Gabinete e o meu Secretário.

Sabia que problemas graves se me deparavam, com frequência, na Governação a par dos que me oferecia o Comando-Chefe das Forças Armadas do Estado da Índia, que acumulava.

Vieram à superfície sem demora, respondendo ao meu apelo, as qualidades de observação, análise, estudo e decisão que me caracterizavam, modestia à parte. Que cada um lhe ponha o coeficiente justo do seu conhecimento directo, pessoal.

Equacionados os principais problemas, só havia que resolvê-los e para tal tudo se fez, com dedicação ilimitada.

Graças a Deus ainda aos meus sessenta anos afluíam com todo o vigor tudo o que precisava para concretizar a obra que no espírito se me ia esquematisando, definindo e fortalecendo.

Foram três anos dos mais encantadores da minha vida, tão bruscamente, cruelmente decepados do meu coração.

As gentes de Goa, Damão e Diu que eu já tanto admirava através de alguns contactos pessoais em Portugal, revelavam-se encantadoras, superiormente inteligentes e bondosas características que tanto me aliviaram na governação.

O que lá desejei, responde por mim!

Problemas dos mais delicados iam tendo solução adequada.

Entre eles conquistaram integralmente o meu coração os aspectos sociais. Sentia que esboçavam a caminhar pelo bom caminho, como revelavam os meus contactos pessoais permanentes em todos os pontos de Goa, Damão e Diu, onde me deslocava com a maior liberdade sem precauções especiais.

Tive a sorte de uma colaboração preciosa, leal e eficiente dos que tanto em Goa, como Damão e Diu, trabalhavam mais directamente comigo e que conseguiram, sem

quebes de rendimento, transmitir integralmente os impulsos iniciais através da máquina que governavam e administravam os dirigiam.

Assim conseguimos atingir o desejado equilíbrio entre as disponibilidades e necessidades.

Do Governo Central, nestes três anos de governação, tivemos sempre sanção para os nossos actos. Se alguma divergência se registou ela foi sanada pelo bom senso e pela força da razão.

Assim se chegou a Dezembro de 1961, com todos os aspectos da vida do Estado, em pleno desenvolvimento, com horizontes de esperança, optimismo, certeza de um futuro melhor, coroado pela completa felicidade dos povos dos três distritos ligados entre si, digase de passagem, apenas pela mesma bandeira de Portugal.

Pede-me se o breve resumo que me pedis, não pode ser mais breve, sem mais resumo.

Repare que são quase quarenta anos de uma vida intensa e dedicada, isto sem considerar o sucinto resumo que me pede da minha vida militar.

E depois dos trágicos acontecimentos de 1961, quis Deus que o meu coração ainda pulsasse e me desse vida para continuar. E essa continuação foi cheia de crueldade de homens injustos, a fugirem às responsabilidades que lhes cabem, a bajular a sua subserviência. Não me abateram o ânimo para enfrentar de consciência tranquila a verdade que há-de dominar a História quando ela for possível.

Volteti à minha actividade de engenheiro, e já lá vão mais de doze anos, a ultrapassarem, com a graça de Deus os cinquenta anos de dedicação, do sacerdócio do trabalho e da família, tendo sempre no coração, as memórias e na atenção o "CASO DA ÍNDIA"

que espero não ter tido ainda a última palavra. Espero confiante que esta seja pronunciada por quem de direito.

Pede-me seguidamente um sucinto da minha carreira militar.

Certamente acreditará que não é fácil ser breve ao enunciar os tópicos de uma vida de quarenta anos dedicada intertamente aos assuntos militares, sempre ao serviço do Ministério do Exército. São 300 linhas dactilografadas de papel almaço, da nota de assuntos.

Mas tentemos:

Iniciado no, Regimento de Sapadores Mineiros 1 e 2, cinco anos de tenente na Escola Prática de Engenharia, onde cheguei a comandante interino, tal a capacidade de oficiais de engenharia, nessa ocasião.

Doze anos de capitão na Escola de Transmissões, por onde passavam oficiais de todas as armas a tirar aquela especialidade.

Professor dos Pupilos do Exército.

Em 1945 e 1946 prestei serviço em Moçambique e Timor como comandante de engenharia das Forças Expedicionais do Extremo Oriente e posteriormente Comandante do Detachamento Militar de Timor. Aqui fui ainda encarregado do Governo durante quatro meses e dei a minha colaboração de engenheiro nas Obras Públicas.

Professor catedrático da Escola do Exército oito anos.

Comandante do EPE em 1957. Vário tempo de serviço na DAEL, ITT.

Em 1958 frequentei o curso de Altos Comandos e sou promovido a Brigadeiro por escolha entre os coronéis tirocinados de todas as Armas.

Em Dezembro de 1958 parto para a Índia, onde exerce as funções de Comandante-Chefe, em

acumulação com as de Governador-Geral.

Em 1960 sou promovido a General.

No capítulo dos prémios, condecorações e louvores, obtive alguns prémios honoríficos, e como aluno de engenharia da Escola Militar, e fui louvado várias vezes em todos os estabelecimentos e unidades em que servi.

Pelos meus serviços em Timor fui louvado, tendo em atenção, entre outros motivos que cito, a eficiente actividade, trabalho sem preocupações de horários, qualidades de desembaraço e energia, excelente colaborador verdadeiro prolongamento do Comando.

Fui condecorado, cronologicamente, com:

— Oficial da Ordem Militar de Aviz;

— Medalha Militar de prata de serviços distintos;

— Comendador da Ordem Militar de Aviz;

— Medalha de Mérito Militar de 1.ª Classe;

— Grande-Oficial da Ordem Militar de Aviz;

— Medalha Naval (ouro) comemorativa do 5.º centenário da morte do Infante;

— Oficial de Ordem de Mérito Agrícola e Industrial;

— Medalha comemorativa da Expedição a Timor;

— Medalha da Cruz Vermelha.

Aqui tem, esta rápida citação que vai contra a minha maneira de ser, mas desejo corresponder, dentro do possível, ao espírito da pergunta.

E pergunto-me se não soube resumir em duas linhas os quarenta anos de actividade militar acumulada em cinquenta anos de actividade de engenheiro que ainda hoje procuro exercer normalmente, enquanto Deus m'o permitir.

A CONCLUIR

Desejo aproveitar esta oportunidade que me é concedida tão amavelmente pelo "Expresso" para manifestar o meu profundo reconhecimento pelo grande interesse com que toda a imprensa diária e periódica tem tratado situação dos militares envolvidos tão injustamente no "CASO DA INDIA".

Reafirmo o meu grande desejo de me manter "silencioso" aguardando confiadamente que a Nação seja devidamente esclarecida através da J. S. N., cujos componentes são ilustres militares dignos da maior consideração e gratidão de toda a população.

Ao aceder ao pedido do "Expresso" tenho apenas por fim revelar publicamente o nosso "silêncio" através de um jornal do mais alto nível.